

OS COMUNISTAS E A DEFESA DA LEGALIDADE CONSTITUCIONAL

EDITORIAL
NA
3a.
PÁGINA

VOZ OPERÁRIA

Nº 494 ☆ Rio de Janeiro, 22 de Novembro de 1958 ☆

COMBINAÇÃO IMPOSSIVEL:

PLANO LUCAS LOPES E CONGELAMENTO DE PREÇOS

Report. de Orlando Bomfim Jr. (Pág. Central)

(Report. de ANA MONTENEGRO na última página)

**SETENTA POR CENTO DO FUNCIONA-
LISMO TEM VENCIMENTOS INFERIORES
A 7 MIL CRUZEIROS**

A foto abaixo mostra um aspecto da concentração
dos funcionários em frente ao Senado



**COLHEITA EXCEPCIO-
NAL** — Na China, ante o
entusiasmo de todo o po-
vo, também as crianças
contribuem para aumentar a
produção. Cinco jovens
membros de uma coopera-
provincia de Hopei, levaram
fruta agrícola de Chienkuo,
os frutos de sua plantação
às autoridades locais. B
entre estes se encontram pe-
pinos de 3 e 5 quilos.
(Reportagem de Maria da
Graça na pag. 9).

Leia

**A INSURREIÇÃO
NACIONAL
LIBERTADORA
DE 1935**

(NA 3ª PAGINA)



**Um Plano Anti-
Nacional**

(Artigo de LUIZ TELLES na
5ª página)



PREÇO
do Exemplar
3

**PLATAFORMA
CONTRA A
EMANCIPAÇÃO**

(Comentário na 4ª página)

**APROVADA
A EXCEPCIONALIDADE
PARA A REVISÃO DO
SALÁRIO MÍNIMO**

LEIA NA PÁGINA 11.

O QUE É O ROMANCE «DR. JIVAGO»?

Continua a despertar a atenção geral o chamado «caso Pasternak». Provocado pela concessão do Prêmio Nobel ao escritor soviético Bóris Pasternak pelo seu romance «Doutor Jivago» — romance onde a realidade soviética é deturpada — o assunto em aprêço é amplamente esclarecido num importante documento que VOZ OPERÁRIA publicará em suplemento no seu próximo número. Trata-se da carta enviada pela redação da revista soviética «Novii Mir» a Bóris Pasternak em setembro de 1956, contendo uma crítica minuciosa ao romance «Doutor Jivago». É uma carta particular, somente agora divulgada, e na qual se faz uma análise serena e objetiva das tendências e das posições políticas e ideológicas do escritor agora objeto de tão acalorado debate. Aguardem, pois, os nossos leitores a carta de «Novii Mira».

IANQUES LAMENTAM O TRISTE FUTURO DAS CONCESSÕES NO PETRÓLEO ARGENTINO

RENÚNCIA DE GOMEZ, NOVA ETAPA NA CRISE ARGENTINA — APROFUNDA-SE A CISÃO NO PARTIDO DE FRONDISI

A renúncia do Vice-Presidente Gomez abre uma nova etapa na crise política argentina. Apesar de que todas as acusações de golpismo levantadas contra ele foram retiradas, o velho dirigente «radical» apresentou sua demissão, que foi evocada justamente quando se levantaram aquelas acusações. As agências internacionais de notícias, naturalmente, guardaram-se de explicar o paradoxo aparente, mas a leitura atenta dos jornais de Buenos Aires, nos últimos dias, não deixa dúvidas sobre as verdadeiras razões da renúncia: Gomez apenas aproveitou o pretexto para retirar-se, não desejando mais endossar, com sua presença no governo, a política entreguista e antioperária adotada por Frondizi.

Fala-se, inclusive, com insistência, na cisão do Partido Radical e formação de novo Partido, para defender o programa político-econômico — depois abandonado — que elegeu Frondizi. Gomez viria a ser o líder do novo Partido, juntamente com Pablo Pardo, outro prestigioso «procer» nacionalista. Por isso já se tem como certa a próxima renúncia também do Ministro do Exterior, Carlos Florit, que representa Pablo Pardo no governo.

Assim, o processo de desintegração do governo de Frondizi, iniciado com a retirada do apoio que lhe prestavam forças operárias e populares, completa-se agora com as defecções de cúpula. Com a notícia da cisão, vê-se que mesmo a sua «União Cívica Radical Intransigente», que já contribuiu apenas com uma pequena parcela dos votos que o elegeram, entra em desintegração.

O processo é irreversível. Não existindo, no país vizinho, grupos político-econômicos «centristas» suficientemente fortes para possibilitarem a formação de «governos de compromisso», Frondizi será sempre levado a escorar-se cada vez mais incondicionalmente no poder mili-

grama de inversões norte-americanas (no petróleo argentino) e o próprio governo do Presidente Frondizi desapareceram na incerteza, em consequência da convulsão criada no país pelos comunistas e peronistas».

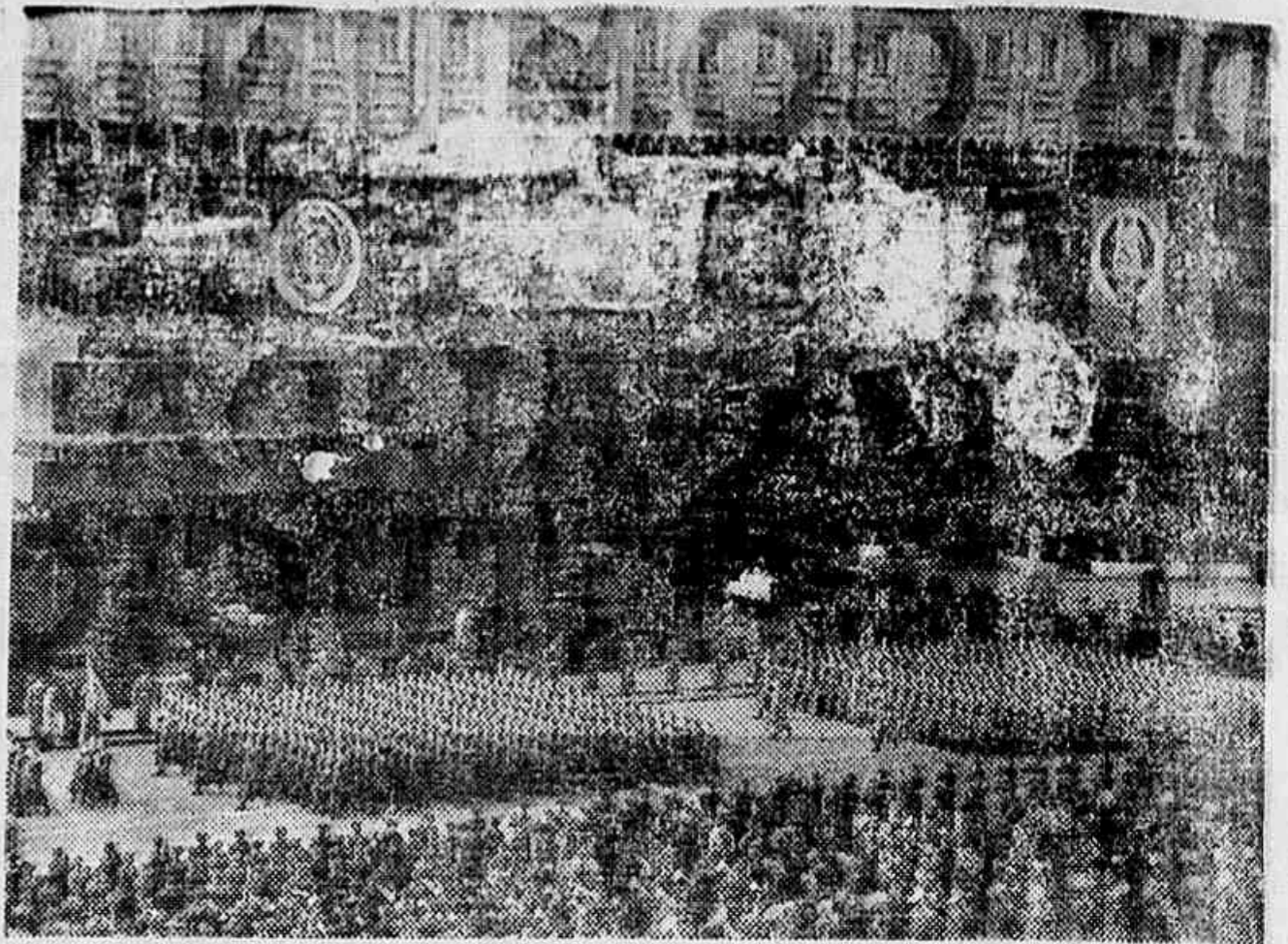
ELEICOES NA HUNGRIA

Domingo último, 16 de novembro, realizaram-se na República Popular da Hungria eleições ao parlamento nacional e aos conselhos municipais. Compareceram às urnas 98 por cento dos eleitores inscritos — 6.500.000 — sufragando os candidatos apoiados pelos comunistas mais de 99% dos votantes.

Um comunicado oficial emitido depois do pleito pelo governo húngaro registra que este resultado foi um autêntico «voto de confiança» no atual governo húngaro chefiado por Janos Kadar. E de fato é assim. O simples comparecimento às urnas de um número tão considerável de eleitores mostra que o regime popular na Hungria reconquistou a inteira confiança do povo, dos trabalhadores principalmente, depois dos graves acontecimentos de outono de 1956, quando as forças da reação interna e internacional tentaram restaurar o capitalismo na Hungria.

Ao contrário do que prognosticavam os partidários do príncipe Stierhazy e do cardeal Mindzenty, as eleições transcorreram num ambiente de absoluta calma e tranquilidade.

Assim, dois anos depois da contra-revolução que ensanguentou Budapeste, o povo húngaro dá uma demonstração de sua unidade em torno do governo popular de Kadar e de repulsa às sórdidas manobras dos imperialistas e seus lacaios.



41º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO — O povo soviético comemorou festiva e solenemente o 41º aniversário da grande revolução socialista de outubro de 1917. Na foto acima vemos um aspecto da parada militar na Praça Vermelha, em Moscou. Junto às muralhas do Kremlin, o mausoléu de Lênin e Stálin, onde assistem à parada e ao desfile dos trabalhadores os dirigentes do governo e do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética. A seu lado esteve este ano o líder comunista da Polónia, Gomulka.

PROPOSTA SOVIÉTICA SOBRE O ESPAÇO CÔSMICO

A 19 de novembro nas Nações Unidas, a delegação da União Soviética apresentou um importante plano destinado ao estudo do espaço cósmico para fins pacíficos:

Segundo o projeto soviético, será criada, nos marcos da ONU, uma comissão (formada pela URSS, EE. UU., Inglaterra, França, RAU, Índia, Suécia, Argentina, Tchecoslováquia, Polónia e România) que adotaria as seguintes medidas:

- 1 — Continuar, em bases permanentes, as investigações do espaço cósmico, atualmente a cargo do Ano Geofísico Internacional.
- 2 — Promover o intercâmbio mútuo e a divulgação de informações sobre os estudos do espaço.

3 — Coordenar os programas nacionais para o estudo do espaço e prestar toda assistência possível à sua realização.

Em face dos progressos formidáveis na conquista do espaço cósmico pelo homem, iniciada a 4 de outubro de 1957, pela União Soviética, com o lançamento do primeiro satélite artificial da Terra, esta proposta tem enorme importância científica. Os estudos dos espaços inter-

planetários deixariam de ser periódicos e seriam permanentes. Haveria uma colaboração mais estreita entre os países, através da própria ONU. E, naturalmente, os avanços neste domínio poderiam ser incomparavelmente mais rápidos.

A URSS grangeou a simpatia e o respeito em todo o mundo pelo seu maravilhoso feito de há um ano. E agora dá mais uma contribuição que interessa tanto à ciência como à causa da paz. As investigações do espaço cósmico destinam-se a fins exclusivamente pacíficos e não a objetivos de guerra e destruição.

Os Revisionistas Iugoslavos e a Política Exterior da China

O semanário norte-americano «Worker» condena os ataques dos revisionistas iugoslavos contra a política externa da República Popular da China. Num artigo intitulado «O Revisionismo iugoslavo e a crise do Extremo-Oriente», o jornal diz que a imprensa iugoslava segue a linha dos Estados Unidos ao analisar a crise provocada pelas medidas agressivas do imperialismo iugoslavo.

«A Revista de Assuntos Internacionais», de Belgrado (16.IX) publicou um artigo atacando a política exterior chinesa — escreve «Worker». O autor desse artigo é Viade Teslic, comentarista internacional do jornal «Borba». Em 99% dos 22 parágrafos de seu artigo, procura Viade Teslic «mostrar» que a China teria abandonado os princípios da Conferência de Bandung e adotado a «política de blocos».

«Worker» escreve que esta tese concorde com a linha traçada pelo 7º Congresso da Liga dos Comunistas Iugoslavos, na qual o conceito marxista-leninista de imperialismo é abandonado, e adotado o princípio de que o perigo decorre ao mesmo tempo do capitalismo e do socialismo. A linha dos «dois blocos» é reafirmada no artigo de Teslic, mas dele se conclui que a URSS e a República Popular da China são as principais responsáveis pela crise. «ai está aonde o revisionismo conduziu o comentarista internacional de «Borba» — acrescenta «Worker».

«Num momento de intenso perigo... este socialista à direita se coloca à direita do Partido Trabalhista Inglês, e à direita do antigo senador Lehman e do ex-secretário de Estado Achensohn!»

«Sómente sob a direção do PC pode haver socialismo»

O jornal inglês «Daily Worker», órgão central do Partido Comunista da Grã-Bretanha, publicou um artigo dedicado ao 41º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro na Rússia, de autoria de John Gollan, Secretário-geral do Partido. Gollan destaca as grandiosas conquistas da União Soviética na construção do socialismo desde a Revolução de Outubro de 17, quando os operários e camponeses tomaram o poder em suas mãos, sob a direção do Partido Comunista. Afirma que essas conquistas foram de tal ordem que mesmo os pregadores dos monopólios anglo-americanos são obrigados a reconhecê-las.

«A escolha histórica — escreve Gollan — para todos os trabalhadores é entre os tremendos avanços tornados possíveis pelo socialismo, ou as dificuldades crescentes sob o capitalismo.»

Gollan se refere também aos extraordinários avanços no progresso da China, sob o socialismo e os golpes decisivos desferidos pelos povos coloniais contra o imperialismo.

«Sómente a existência de um novo tipo de partido, o partido comunista, tornou isto possível» — acrescenta Gollan. E afirma que «unicamente onde o Partido Comunista dirige os trabalhadores, o socialismo pode ser estabelecido.»



DECEPCÃO GENERALIZADA NA REUNIÃO DOS «21»

A 17 do corrente, instalou-se em Washington a reunião da «Comissão dos 21», isto é, dos representantes dos países americanos para discutir os problemas econômicos do continente suscitados pela Operação Pan-Americana.

Logo no início dos trabalhos vieram novas decepções para aqueles que ainda acreditam ou fingem acreditar nos «bons propósitos» dos Estados Unidos em relação aos países da América Latina. O representante do Departamento de Estado, sr. Douglas Dillon, subsecretário de Estado para assuntos econômicos, fez um discurso contendo os lugares comuns de sempre. Insistiu o chefe da delegação norte-americana em que os latino-americanos, se pretendem alguma coisa dos EE. UU., devem recorrer... «à iniciativa privada, ao capital privado», que «jamais podem ter substitutos».

Quanto ao mais, no discurso de Mister Dillon, o próprio sr. Augusto Frederico Schmidt, chefe da delegação do Brasil, foi obrigado a resumir com palavras de desalento — que o representante ianque havia «seguido a antiga linha». Referiu-se ainda o sr. Schmidt às «discussões teóricas que não levam a nada», «intermináveis debates e conversações habituais».

Depois, o sr. Schmidt, ante a repercussão das suas palavras desesperançadas, ensaiou um recuo, que não fora compreendido pelos jornalistas «por não dominar completamente o inglês».

Mas a decepção que agora Schmidt tenta disfarçar é mais ou menos generalizada entre os representantes latino-americanos. O estado de espírito dominante é este: nada se pode esperar dos Estados Unidos em matéria de ajuda efetiva. Os fundos de empréstimos dos Bancos americanos são cada vez mais escassos, as condições são leoninas para os países tomadores do empréstimo, os únicos favorecidos são os próprios banqueiros e o Tesouro americanos. O sr. Amaral Peixoto revelou, por exemplo, que somente o Tesouro dos Estados Unidos recebeu de juros e dividendos dos empréstimos do Banco de Exportação e Importação 450 milhões e 500 mil dólares!

Noutro setor das nossas relações com o «irmão maior» a situação não revela melhora, como acontece no comércio

de matérias-primas. É sabido que os países latino-americanos têm sua vida econômica baseada fundamentalmente na exportação de produtos primários. Mas o que vemos são as baixas registradas no café, no cobre, na lã, no chumbo, no zinco, no estanho. E não somente a queda dos preços, como uma retração crescente por parte dos importadores norte-americanos, golpeando seriamente a economia de muitos dos nossos países presos ao monopólio comercial dos Estados Unidos.

Em face às dificuldades crescentes que atravessam os países da América Latina, não parte dos Estados Unidos, mesmo ante a pressão da «Comissão dos 21», uma única proposta concreta. É isto porque a política norte-americana é a do «venha a nós». A «solidariedade» a «cooperação», a «boa vizinhança» é para constar dos tratados e acordos solenemente firmados com juras de combate ao comunismo — visando sobretudo impedir que os países da América Latina sigam uma política externa independente nas suas relações com outros países, em particular a URSS, a China, as Democracias Populares.

E ante esta situação, que faz o sr. Juscelino Kubitschek? Em sua mensagem à conferência dos «21» curva-se à pressão do Departamento de Estado de Dulles e à sugestão de Eisenhower. Advoga uma «nova doutrina» destinada a «impedir a penetração de ideologias estranhas ao Hemisfério».

Não se trata de novas declarações anticomunistas, e sim de resolver problemas gravíssimos nas nossas relações com os Estados Unidos, problemas decorrentes de uma situação de desigualdade que nos é imposta pela política econômica norte-americana em relação ao nosso país, como a toda a América Latina. Já é tempo de compreender-se que não há OPA capaz de modificar semelhante situação. O que pode modificá-la realmente em nosso favor, no que diz respeito ao Brasil, é termos uma política externa independente, em harmonia com os nossos interesses nacionais, com as necessidades de desenvolvimento do país e de proporcionar melhores condições de vida ao povo. Não há, no momento, outro caminho.

Os Comunistas e a Defesa da Legalidade Constitucional

O debate em torno da crise da Aeronáutica traz à superfície, uma vez mais, o problema da defesa da legalidade constitucional. E o que se sente como preocupação dominante nas manifestações da opinião pública, acima de todas as divergências que possam existir na apreciação dos fatos em causa, é o desejo de que as liberdades civis sejam mantidas e o processo democrático siga seu curso sem obstáculos.

AO lado das demais forças democráticas, os comunistas reafirmam sua posição de luta pela salvaguarda do regime constitucional e pela plena vigência dos direitos assegurados em lei aos cidadãos.

EXPLORANDO a situação de dificuldades econômicas agravadas e a indignação do povo contra uma política que afeta diretamente suas condições de vida, os elementos golpistas que manipulam a crise da Aeronáutica têm como objetivo fomentar um clima de agitação e indisciplina militar propício a novos atentados antidemocráticos. São grupos inconformados com o processo de democratização que se desenvolve no país, com a participação crescente das massas trabalhadoras e populares nas decisões políticas. Não por acaso, concentram o fogo de seu ataque no general Teixeira Lott, cuja posição em defesa do regime constitucional e cujas atitudes favoráveis à solução nacionalista dos problemas do país são conhecidas e apoiadas por todas as correntes patrióticas e democráticas.

QUANDO as autoridades militares adotaram as providências necessárias para restabelecer a disciplina nas forças armadas e pôr termo à fermentação golpista, receberam o apoio geral da opinião democrática do país. O pequeno grupo de interessados na desmoralização do regime constitucional ficou praticamente isolado em seu gesto de insen-

satez. Nem mesmo os maiores da oposição udenista puderam acorrer unânimes em sua defesa, como antes faziam.

A solidariedade manifestada pelo povo às autoridades na repressão ao golpismo demonstra que o caminho certo a seguir para a defesa do regime constitucional não pode consistir no emprego de medidas de exceção, como tem sido insinuado em alguns círculos. Qualquer medida de exceção que ferisse liberdades fundamentais — de imprensa, de palavra, de reunião — contribuiria apenas para dar novas armas e novos argumentos aos golpistas em sua campanha de descrédito do regime constitucional. Qualquer restrição às liberdades públicas, neste momento, serviria apenas para dificultar a participação das massas na vida política — e esta participação, sempre mais intensa, é a maior garantia que pode ter o regime constitucional contra o trabalho de sapa dos seus inimigos.

NÃO é através da adoção de uma «lei de arrocho» para a imprensa, nem de uma «lei de responsabilidade», que o regime constitucional se fortalecerá contra a ação dos golpistas. O regime será forte na medida em que contar com o apoio do povo. E só pode esperar o apoio das massas um governo que adote soluções patrióticas para os problemas do país, que tome medidas efetivas para impedir o pioramento das condições de vida do povo, que respeite os direitos constitucionais.

PARTIDARIOS consequentes da democratização do país e firmes defensores do regime constitucional, os comunistas apoiam a ação das autoridades contra as manobras golpistas e antidemocráticas. Manifestam-se, ao mesmo tempo, contra qualquer medida de exceção que viole os direitos constitucionais e crie restrições à plena participação dos trabalhadores e do povo na vida política do país.

A INSURREIÇÃO NACIONAL LIBERTADORA DE 1935

No próximo dia 27 transcorrerá o 23º aniversário da insurreição nacional libertadora de 1935. O movimento de 27 de novembro foi o coroamento de uma luta em que se empenharam numerosos patriotas e democratas brasileiros, sob a direção da Aliança Nacional Libertadora.

O nosso país atravessa então um período de enormes dificuldades. As grandes massas populares, que em boa parte depositavam suas esperanças de melhores dias no movimento armado de 1930, viram em pouco tempo completamente fraudadas essas esperanças. As conseqüências da crise econômica de 1929-1933, que tão seriamente abalou o país, faziam-se sentir de modo drástico sobre os trabalhadores e o povo, levando o descontentamento inclusive a setores da burguesia. As condições de vida eram particularmente duras para as massas.

Por outro lado, o governo de então, dirigido pelo sr. Getúlio Vargas, tomava no terreno político o caminho ruinoso de uma aproximação mais estreita com as ditaduras fascistas que, na Alemanha de Hitler e na Itália de Mussolini, preparavam-se febrilmente para uma guerra de agressão contra os povos e para a realização de seus loucos planos de dominação mundial. Isso estimulava o avanço, internamente, das hordas integristas, que cometiam toda espécie de atentados às liberdades democráticas, com o apoio e a participação das autoridades governamentais. Atuando como ponta-de-lança do nazismo no Brasil, sua declarada «quinta-coluna», o integralismo ameaçava estender ao nosso país a ditadura que oprimia os povos da Alemanha e da Itália e que, alguns anos mais tarde, arrastaria a humanidade à segunda guerra mundial.

Esta era, em traços muito sumários, a situação que imperava no Brasil, levando a intranquilidade e o descontentamento às grandes massas, quando se formou o movimento de frente única democrático e antiimperialista da Aliança Nacional Libertadora. Propunha-se a A.N.L. em seu programa, a unir os patriotas e democratas brasileiros para a luta por libertar o nosso país da dominação estrangeira imperialista e instaurar uma política que assegurasse a vigência de uma verdadeira democracia voltada para os interesses dos trabalhadores e demais camadas progressistas

sistência organizada ao fascismo que a A.N.L. combatia. O governo aumentava, a cada dia, o grau de violência contra os patriotas e democratas, atingindo indiscriminadamente não só aos comunistas, mas a todos os que se opunham à fascistização do país. Os cárceres se encheram então de trabalhadores e intelectuais de diferentes tendências, o que sempre acontecia quando, a pretexto de reprimir o comunismo, os governos enveredam pelo caminho de liquidação das liberdades democráticas.

O 23º aniversário da insurreição de 27 de novembro transcorre em condições diversas, quer no cenário internacional como dentro de nosso país. Hoje, não é o fascismo que avança no mundo. Ao contrário, as tentativas de dominação mundial fracassaram; os povos soviéticos, aliados aos demais povos amantes da paz, foram amplamente vitoriosos. Atualmente, o socialismo se converteu em sistema mundial e se acha em vertiginoso ascenso, enquanto o imperialismo se debilita dia a dia, irremediavelmente. No Brasil, o movimento nacionalista torna-se uma força cada vez mais poderosa e a luta pela preservação das liberdades constitucionais tem condenado ao fracasso as tentativas antidemocráticas tramadas pelos setores golpistas.

Nessas condições, a luta pela libertação nacional e pela democracia se situa num quadro diverso daquele que existia em 1935. Nos dias atuais, tendo-se em conta tanto a situação internacional como a realidade brasileira, é possível ao nosso povo conduzir a sua luta pacificamente, nos marcos da legalidade constitucional. Esse é o caminho que mais convém à classe operária, como esclarece a Declaração sobre a política dos comunistas, de março deste ano.

O movimento de 1935 constituiu um rico acervo de experiências, que os militantes do movimento operário e revolucionário em nosso país levam justamente em conta no seu esforço por dirigir cada vez melhor o povo brasileiro em sua luta libertadora.

semana PARLAMENTAR

PAULO MOTTA LIMA

Têm havido na Câmara debates em torno do Plano de Estabilização Monetária. Discutindo-o, o sr. Carlos Lacerda, em nome da oposição, apresentou uma espécie de contraplan, chuleado em menos de uma semana. No mesmo instante em que jogava contra o Plano um contra-plano, o líder da UDN sentenciou que o governo «não está capacitado para realizar o objetivo da estabilização monetária». Para que então oferecer-se ao governo incapacitado um contra-plano?

Esta não é, porém, a pior contradição da contradita lacerdeana. Passando os olhos rapidamente pelo calhamaço que o sr. Lucas Lopes levou pessoalmente ao Palácio Tiradentes, o líder da UDN, que às vezes também se enfeita com as penas de economista, decretou que uma das causas do «deficit» orçamentário é o aumento de vencimentos e salários. Exposto esse diagnóstico no discurso, pouco depois o orador passaria a ler um relatório dos técnicos de seu partido, no qual se recomendava, como forma de combate ao «deficit», o reajustamento dos salários e vencimentos, se bem que ainda em base de fome lenta.

Muito se assemelha a resposta da oposição ao Plano Lucas Lopes, no conteúdo e na forma, à intervenção do sr. Herbert Levy articulada no Salão Nobre da Câmara, quando da ida até ali do ministro da Fazenda, para fazer entrega ao Parlamento de seu presente de grego. O sr. Lacerda, porém, não resistiu à tentação de colaborar na obra literária do presidente do Banco da América, através da exposição de concepções personalistas. Assim, o panfleto econômico estabelece contradição entre a existência das famosas metas do sr. Kubitschek e a necessidade de se lutar em defesa do cruzeiro. Para o sr. Lacerda, em princípio, o estabelecimento de planos de trabalho prejudica a estabilidade monetária. Chegaríamos então a concluir, arrojada-

O PLANO LUCAS LOPES, AS IDEIAS DO LIDER LACERDA E OS DEVANEIOS DO SR. ULTIMO

mente, que só pode haver estabilidade monetária com a anarquia administrativa.

Entretanto, o contra-plano oposicionista e o discurso através do qual o sr. Lacerda o lançou apresentam pontos de contato. Assim, o líder e liderados afinam os instrumentos na guerra que fazem ao pretensão «excesso de dirigismo econômico do governo». Ora, o que vemos na atitude de certos órgãos do governo, por exemplo a respeito da aplicação da lei do petróleo, é uma política de apadrinhamento das refinarias particulares, empresas que a legislação apenas tolera, como uma espécie de excrescência e que alguns órgãos do governo protegem, como acaba de suceder através do último aumento do preço da gasolina.

Combatendo o plano Lucas Lopes e a ele contrapondo instrumento semelhante, os homens da oposição têm olhos de lince para descobrir certas medidas salvadoras. Mas ao mesmo tempo fazem vista grossa a respeito de uma das causas principais de nosso desequilíbrio, isto é, das remessas de lucros para o estrangeiro, segundo normas de um sistema econômico colonialista. Assim, o contraplan estabelece várias medidas, como redução de dotações orçamentárias, limitação de nomeações para o serviço público, etc. Só não dá uma palavra sobre a bomba de sucção permanente, representada pela exportação de lucros, em bases de economia colonialista.

Ainda a propósito do pretensão excesso de estatismo: a oposição, no papel bem lido e mal comentado pelo líder-locutor Carlos Lacerda, condena a criação de um fundo de investimentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento apenas porque tal fundo constituiria «embrião de um controle estatal sobre as empresas privadas».

Na época da dominação imperialista através de empresas do tipo da Standard Oil e da Light, a oposição e o líder

Lacerda pregam o liberalismo econômico e repelem, irritados, os «excessos de dirigismo» de um governo que só pode ser acusado de vacilante e contraditório em face dos empreendimentos estatais.

O sr. Ultimo de Carvalho, homem do situacionismo, tratou do mesmo tema. No momento em que se queixava das restrições apresentadas pela oposição ao plano Lucas Lopes foi aparteado pelo sr. Aurélio Viana. O representante alagoano observou que não somente os oposicionistas combatiam o Plano de Estabilização, Restrições também lhe eram feitas por pessoas da minoria. Citou o líder do PTB, sr. Fernando Ferrari, que em nome de seu partido havia condenado os aumentos de tributos contidos no Plano, principalmente na parte que se refere ao imposto de consumo.

Sem exatamente responder à objeção levantada pelo sr. Aurélio Viana, o sr. Ultimo de Carvalho limitou-se a observar que o sr. Fernando Ferrari «às vezes parece líder da gloriosa oposição nesta Casa», que «em muitas coisas é um teórico, um idealista» e que «pela sua mocidade, pela sua cultura, nem sempre toma contato com a atualidade brasileira», razão pela qual «por vezes devaneia».

Para o orador a teoria e a objetividade jamais se harmonizam.

Entretanto o sr. Ultimo de Carvalho, em meio a seu costumeiro confusãoismo, fez durante o debate uma observação razoável. Lembrou que maioria e minoria congelaram nas comissões o projeto que aumenta o imposto de renda e o de lucros extraordinários, o que deixa sem autoridade os responsáveis por essa protelação, que hoje investem um tanto demagogicamente contra o aumento de imposto de consumo, imposto que de fato só poderá agravar, ainda mais, o custo da vida e a insuportável carestia, contra a qual em São Paulo já se verificaram protestos em forma de luta de rua.

OBJETIVO DA SUMOC: PROTEGER AS INVERSÕES DO CAPITAL ESTRANGEIRO

Nenhuma empresa nacional, nem mesmo a Petrobrás, goza dos privilégios concedidos a monopólios imperialistas como a Light — A pretexto da estabilização da moeda, o que se faz é levar à liquidação a indústria brasileira (2a. e última reportagem)

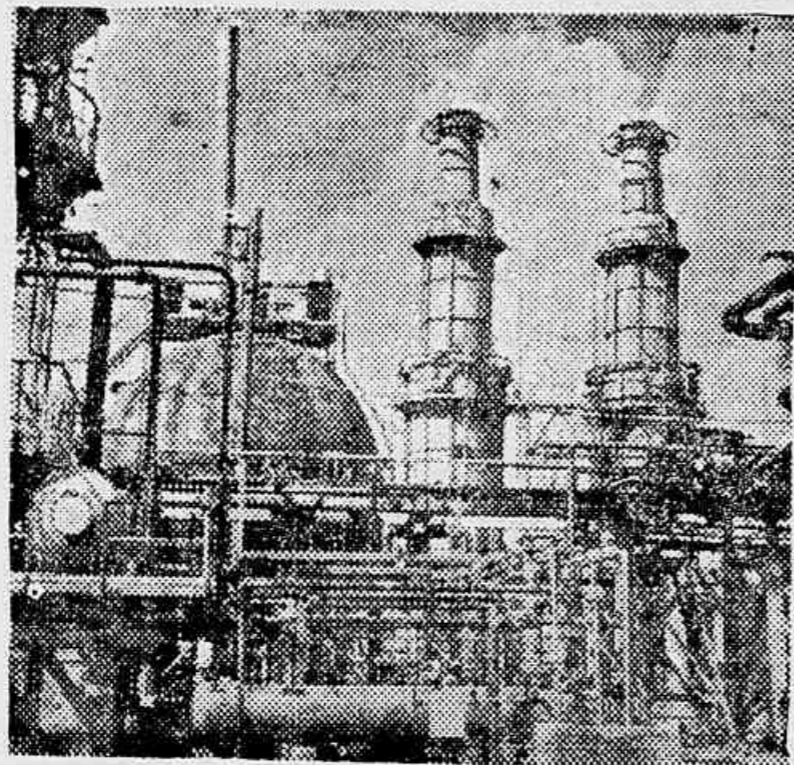
Positivamente, o investidor estrangeiro estabelecido no Brasil, ou que para aqui deseje vir, em raras oportunidades terá tido tantas vantagens criadas por iniciativa do próprio governo como quando a SUMOC aprovou as Instruções 166 e 167. Todo o «realismo» invocado como pretexto para aplicação dessas novas medidas cambiais reduz-se, em boa parte, ao alargamento ainda maior das áreas de investimento abertas ao capital estrangeiro, bem como à segurança de que lhe serão mantidas condições excepcionais de expansão em nosso país. A propósito, uma circunstância que merece especial destaque é a facilidade com que a SUMOC, através daquelas Instruções, tornou possíveis as operações de retorno de lucros e dividendos do capital estrangeiro no Brasil, conforme poderemos demonstrar no curso desta reportagem.

UMA PROTEÇÃO ESPANTOSA

Já vimos que a SUMOC tornou expressa, através da Instrução 166, a concessão automática de câmbio privilegiado («custo de câmbio») a importações de equipamentos que se destinem, entre outros setores, à produção, transmissão e distribuição de energia elétrica. Esse favor cambial é atribuído às empresas concessionárias desses serviços públicos (Light, Bond and Share, etc), «enquanto as receitas previstas não sejam reajustadas por determinação do poder concedente, de maneira que se torne dispensável o subsídio cambial» (assim está escrito no item II, alínea d, da Instrução 166).

Vê-se, então, que às empresas estrangeiras concessionárias dos serviços de energia elétrica (produção, transmissão e distribuição) possibilita a SUMOC uma espantosa proteção. Já não se trata, apenas, de uma discriminação que lhes é favorável, pelo simples fato de excluir desse privilégio cambial o grosso das indústrias nacionais que pretendem expandir-se e que para isso precisam importar equipamentos do exterior. O aspecto mais escandaloso es-

tá, na verdade, na referência que aquele órgão faz a respeito da própria situação



As portarias da SUMOC concedem às empresas estrangeiras privilégios de que não gozam as empresas nacionais, inclusive a Petrobrás. Na foto, um aspecto da Refinaria «Pres. Bernardes».

interna das empresas concessionárias, dando inacreditável cobertura às suas descabidas e constantes pretensões a novos aumentos de tarifas. Com efeito, ao conceder-lhes o favor do «custo de câmbio», a SUMOC já defende um reajustamento da receita dessas empresas por determinação do poder concedente, de tal sorte que o subsídio cambial se torne dispensável.

Quer dizer: as concessionárias de serviços de energia elétrica em nenhuma hipótese estarão sujeitas à menor redução em seus lucros, pois estão garantidas por todos os lados: se pretendem importar equipamentos, terão direito imediato a câmbio favorecido; se não mais o tiverem é porque dele não mais necessitarão, pois as tarifas dos serviços terão sido «reajustadas» de modo a que se torne dispensável aquele subsídio. Aliás, é bem sintomático que a matriz da Brazilian Traction, em Toronto, tenha comunicado aos seus acionistas que, neste exercício, não dará dividendo, «em face dos maus resultados de sua filial no Brasil». Entretanto, confia em que o governo lhe aumentará as tarifas, como meio de tornar

«A época que se estende de 1907 a 1917 foi aquela em que o pensamento irresponsável diminuiu, em que os escritores russos gozaram «inteira liberdade de criação». Esta liberdade se exprimia pela propagação das idéias conservadoras da burguesia ocidental, postas em circulação após a revolução francesa de 1789 e reanimadas pontualmente após 48 e 71. Proclamou-se então que «a filosofia de Bergson marcava um progresso considerável na história do pensamento humano», que Bergson «havia completado e aprofundado a teoria de Berkeley», que «os sistemas de Kant, de Leibnitz, de Descartes, de Hegel eram sistemas mortos e que acima deles brilhava como um sol e beleza eterna das obras de Platão», o Platão responsável pelos mais nefastos erros do pensamento, isolado este da vida real que se desenvolvia, contínua e diversa, no trabalho e na criação.

D. Mereikovski, escritor influente na época, exclamava:

Venha o que vier, não importa! Tudo importuna, desde muito. As três deusas, eternas fiandeiras. O que foi pó retornará ao pó!

Sologub, adepto de Schopenhauer, discípulo de Baudelaire e dos poetas «malditos», deservira com uma nitidez notável «o absurdo cósmico da existência do indivíduo», e isto o levava a gemer amargamente em seus versos, sem todavia impedir-lo de viver como bom burguês e de em 1914 ameaçar os alemães com a destruição de Berlim assim que «a neve derretesse nos vales».

os serviços compatíveis com as despesas que eles acarretam à «pobre» concessionária. Não será difícil, pelo que se vê, enfrentarmos, em breve, novos e mais pesados ônus pelos «excelentes» serviços que a Brazilian Traction nos presta.

NENHUMA EMPRESA NACIONAL GOZA DE TAL PROTEÇÃO

É o caso de perguntarmos: qual a empresa nacional que já desfrutou ou desfruta de semelhante proteção? Nenhuma. A própria PETROBRAS — que teve de enfrentar novo custo de câmbio para importar equipamentos e petróleo bruto — receberá maior receita em cruzeiros por exclusiva razão de um automatismo legal que condiciona o preço dos derivados refinados no país ao custo do petróleo importado, o que permite maior arrecadação na cobrança do imposto único sobre combustíveis. Entretanto, ocasião houve em que a PETROBRAS, teve elevada o custo de câmbio para suas importações de equipamento, sem correspondente compensação em sua receita interna em cruzeiros. Se isso ocorre com a PETROBRAS que dizer-se de

NOTAS sobre LIVROS

* ASTROJILDO PEREIRA *

«Precisa-se «o erotismo na política», «o anarquismo místico». Vássili Rostanov se tornou o campeão do erotismo. Leonid Andreiev escrevia novelas e peças que produziam medo e pavor. Artsybachev escolheu para herói de romance um libidinoso bode de calças.

Em suma, a década que se estende de 1907 a 1917 merece efetivamente a denominação de época a mais vergonhosa e triste da história intelectual russa.

«Nossos intelectuais democratas haviam sofrido menos provocações históricas do que seus confrades do Ocidente: assim, a sua decomposição «moral», o seu empobrecimento intelectual foram mais rápidos. Isso entretanto é um fenômeno comum à pequena burguesia de todos os países e inevitável nos intelectuais que não encontram em si mesmos a força que os ligue resolutamente às fileiras do proletariado, cuja missão histórica consiste em transformar o mundo, em benefício de todos os homens que exercem um trabalho honesto».

As palavras acima, colocadas entre aspas, são traduzidas do relatório que Máximo Gorki proferiu, há mais de vinte anos, perante o 1º Congresso de Escritores Soviéticos. Parece-me interessante divulgá-las neste momento, quando ainda está quente o caso Pasternak. A formação de Pasternak data precisamente da década de 1907 a 1917 — e não será talvez difícil encontrar aí os germes malsãos que viriam a produzir o Doutor Jivago, este herói do individualismo exacerbado, que a reação mundial converteu hábilmente, em arma da guerra fria contra o socialismo e a União Soviética.

centenas de outras indústrias brasileiras para as quais a SUMOC cerrou as portas do favor cambial? Dentre essas, estão inúmeras que operam em setores básicos, diretamente vinculados à batalha pela emancipação econômica do país. Aí está, por exemplo, o significativo exemplo da Companhia Siderúrgica Nacional, para quem o «custo de câmbio» de há muito já foi cortado. Ainda agora, precisando importar a peça quantidade de aço indispensável ao processamento da indústria automobilística, a CSN terá que adquirir cambiais à taxa da categoria geral, o mesmo ocorrendo com quaisquer importações que ela realize, mesmo com o sentido de ampliar-lhes as instalações.

É, pois de estarrecer, tamanho protecionismo a uma empresa como a Light, que constitui a mais nociva aplicação no Brasil do capital imperialista.

A EXPORTAÇÃO PELO CÂMBIO LIVRE

Outra sensível alteração provocada pela SUMOC no sistema cambial vigente está consubstanciada na sua Instrução 167, cujo propósito fundamental foi o de lançar no

mercado de taxa livre a liquidação das divisas produzidas pela exportação de indústrias mercadorias. O premissa invocada para justificar essa medida foi o de incentivar o escoamento desses produtos de pequena incidência na pauta de nossas exportações. Em tese, nada mais justo, sobretudo quando o país se encontra em grave crise de disponibilidades cambiais.

Entretanto, o mais provável é que ocorram, ao contrário, efeitos negativos. Na verdade, se o controle do câmbio, pelo governo, constitui reconhecidamente um valioso instrumento da política de desenvolvimento econômico do país, será fácil compreender que o lançamento de divisas de exportação no mercado livre fará com que esse controle deixe de ser exercido sobre uma certa massa de cambiais, cujo montante, por enquanto ainda pequeno, poderá, não muito tarde, crescer substancialmente. Neste caso, nenhum efeito positivo produziria a liberação ora permitida, com vistas ao equilíbrio da balança de pagamentos, posto que o Banco do Brasil não mais CONCLUI NA PAG. 11

VIDA ECONÔMICA PLATAFORMA CONTRA A EMANCIPAÇÃO

As chamadas «classes produtoras» de São Paulo, dirigiram um memorial sobre o Plano de Estabilização Monetária ao Ministro da Fazenda. Assinam o documento os presidentes da Associação Comercial de Santos, da Associação Comercial de São Paulo, da Bolsa de Cereais de São Paulo, da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, da Sociedade Rural Brasileira e da União das Cooperativas do Estado de São Paulo.

O que chama principalmente a atenção é que as entidades representativas da indústria tenham adotado o ponto-de-vista do alto comércio e dos fazendeiros de São Paulo, que há muito vêm se batendo por uma série de modificações profundamente reacionárias e antinacionalistas na política econômico-financeira do governo. Para lutar contra o aumento de impostos e a restrição de créditos propostos pelo sr. Lucas Lopes, os industriais acabam dando o seu apoio a reivindicações tipicamente antiindustrialistas, sustentadas por setores que não querem vincular os seus interesses às necessidades do desenvolvimento independente e progressista da economia nacional. Não resta dúvida que as entidades da indústria paulista praticam perigoso recuo, que certamente expressa o pensamento de uma parte somente da burguesia.

O memorial, a que nos referimos, considera, e isto é naturalmente justo, que o simples aumento de impostos não é suficiente para o êxito da política antinflacionária. Mas a preocupação principal é voltada para os aumentos do imposto de renda, o que significa que industriais, fazendeiros e comerciantes propugnam a aplicação de uma política an-

tinflacionária às custas das grandes massas. Afirmam, por isto, «que as restrições propostas atingem apenas as classes empresárias» e que as classes assalariadas devem «manter o seu atual nível de consumo». A verdade é, porém, que, se o Plano de Estabilização Monetária fere os interesses da indústria, não deixa também de fazê-lo, e profundamente, com relação aos trabalhadores e funcionalismo, propondo congelar os salários e vencimentos num nível muito abaixo de 1956. O próprio Plano calcula o valor real do salário mínimo proposto (Cr\$ 5.400,00 para o Distrito Federal) como sendo 30% inferior ao valor real do salário mínimo de julho de 1956. Como poderão os operários aceitar tamanho rebaixamento do seu nível de vida?

A inflação tem aumentado fabulosamente os lucros patronais precisamente à custa do valor real de salários e vencimentos. São os lucros patronais, por conseguinte, que devem sofrer os cortes que forem realmente indispensáveis a uma política antinflacionária.

O memorial se bate contra as restrições de crédito, o que é justo, porque, praticadas de modo violento e indiscriminado, as restrições de crédito provocarão a redução ou mesmo a paralisação de atividades produtoras necessárias à vida econômica e redundarão em desemprego e retração do mercado interno. Ao mesmo tempo, porém, o memorial propugna o equilíbrio orçamentário através da redução dos investimentos estatais. Esta é a tese do sr. Eugênio Gudin, esposado oficialmente pela UDN. É a tese da «pausa no progresso», que, para um país como o nosso, significa retrocesso, volta ao semicolonialismo, abandono da luta pela emancipação econômica.

O memorial vai mais longe nesse caminho, propugnando uma reforma cambial «capaz de criar maiores estímulos à exportação» e uma política de café de «cunho realista». Já nos referimos repetidas vezes à significação destas palavras-de-ordem, fundamentalmente favoráveis aos monopólios norte-americanos. Sobre a ampliação dos mercados externos, principalmente através da normalização das relações com a União Soviética e demais países socialistas, nada dizem as «classes produtoras» de São Paulo. E, entretanto, não são necessários grandes conhecimentos para saber o quanto esta medida é imprescindível ao saneamento da economia nacional.

O sentido do memorial se revela particularmente na omissão completa de medidas contra os privilégios do capital estrangeiro. Nisto o memorial aprova inteiramente o Plano do sr. Lucas Lopes, cuja linha principal é precisamente a de favorecer mais ainda os investimentos estrangeiros, que em sua maioria, como se sabe, são norte-americanos, enquanto cria novas dificuldades para a industrialização em bases nacionais.

A defesa da indústria brasileira não pode ser feita em aliança com os setores retrógrados e antinacionalistas. Os melhores defensores da indústria nacional são os operários e as massas trabalhadoras em geral. Estes são os aliados que os industriais brasileiros devem buscar, realizando verdadeiros acordos de frente única, para a luta pela emancipação econômica contra a exploração do imperialismo norte-americano.

UM PLANO ANTINACIONAL

LUIZ TELLES

questão ABERTA

JOÃO ANTÔNIO

O governo acaba de enviar ao Parlamento o «Plano de Estabilização Monetária», onde se prevê tomar medidas que abarcam os seguintes setores: moeda e crédito; finanças públicas; balanço de pagamentos internacionais; salários. São assuntos da maior importância, que, por isso mesmo, despertaram a curiosidade das diversas classes e camadas de nosso povo e o amplo debate ora em curso. Tal debate deverá prosseguir e o proletariado, criador de todas as riquezas, está altamente interessado em saber como será distribuída essa riqueza e em influir com sua ação para não ser lesado pelas classes dominantes.

O «Plano de Estabilização Monetária» objetiva, segundo seus artifices, assegurar o desenvolvimento do país em condições de equilíbrio econômico e de estabilidade social. Na realidade esse objetivo eminentemente patriótico choça-se com as medidas previstas no plano, para alcançá-lo. Há, nesse sentido, uma contradição evidente no referido documento. Além disso, nas condições atuais do país é um plano utópico. Vejamos:

1 — VISA O CONTROLE DA EXPANSÃO MONETÁRIA. Prevê reduzir o volume do papel moeda em 2,076 milhões de cruzeiros no mês de dezembro em relação ao mês de julho do corrente ano, assim como permitir um aumento de 10% durante 1959. De fato, o teto estabelecido para o presente ano já foi furado, uma vez que só nos últimos dias de outubro e primeiros dias de novembro foram emitidos mais de 7 bilhões de cruzeiros. É altamente meritória a intenção de conter a inflação, mas é errado querer subordinar o desenvolvimento econômico do país ao combate à inflação. Existem outros meios para combater com êxito a inflação, meios que, é claro, não estão ligados às medidas superficiais preconizadas no plano, mas a uma real modificação da atual política externa e interna executada pelo governo. Por outro lado, não é a simples emissão a causa da inflação. Um dos fatores inflacionários está ligado ao bom ou mau uso que se faça do dinheiro emitido. A emissão, por exemplo, de 10 bilhões de cruzeiros para, à base da utilização da energia produzida no São Francisco, iniciar a industrialização do nordeste, o que daria trabalho a milhares de nordestinos famintos, seria uma medida justa que

determinaria o crescimento do volume físico da produção e do mercado interno. O que o Brasil necessita não é de um equilíbrio artificial e paralisante, mas de medidas que contribuam para resolver os problemas do povo.

2 — PRETENDE CONGELAR O REDESCONTO E O CRÉDITO EM GERAL. Subordina a concessão de crédito à amortização dos empréstimos já realizados. Mas num país em desenvolvimento, como o nosso não é justo congelar o crédito, e sim dar-lhe um caráter seletivo tendo em conta os interesses da economia do país. O congelamento de crédito significará a estagnação do país e acarretará graves dificuldades à pequena e média indústria que, não resistindo à pressão dos impostos e à justa exigência dos aumentos salariais, terão de cerrar suas portas e jogar milhares de trabalhadores ao desemprego e à miséria. É claro que assim não haverá nem «desenvolvimento» e nem «estabilidade social».

3 — OBJETIVA ESTABELECE O EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO. Para isso, entre outras medidas, prevê a contenção das despesas e investimentos públicos, assim como o aumento da receita em mais 13 bilhões de cruzeiros, elevando os impostos de renda, de selo e do con-

sumo, sendo que este será elevado em mais 5,8 bilhões de cruzeiros. É claro que se trata de, ao mesmo tempo, limitar o desenvolvimento do capitalismo de Estado e de descarregar sobre os ombros do povo as dificuldades atuais. Com isso os trabalhadores não poderão concordar. Limitar os investimentos públicos é dar carta branca à expansão da «livre empresa», inclusive as de capital imperialista, pregada e defendida insistentemente pelo «Correio da Manhã» e por outros jornais reacionários. O necessário não é a redução e sim uma melhor seleção dos investimentos pelo Estado, fenômeno que, nas condições atuais de nosso país, é progressista porque contraria os interesses dos trustes internacionais e fortalece a luta pela independência econômica e política do Brasil. É utopia e contrário aos interesses nacionais querer, na época do capital monopolista, seguir os trilhos do liberalismo econômico. Tal política conduziria ao domínio do Brasil pelos monopólios estrangeiros e principalmente pelos monopólios lanques. Por sua vez o aumento do imposto de consumo elevará consideravelmente os preços, e com isso os trabalhadores e o povo não podem concordar. Basta de carestia! É necessário buscar o dinheiro onde existe e não nas costas das massas. É claro que assim não poderá haver nem «desenvolvimento» e nem «estabilidade social». Prova disso é a incrementação, nos últimos tempos, da luta dos trabalhadores e do povo contra a carestia.

4 — CONDICIONA, NAS AUTARQUIAS, O REAJUSTAMENTO DOS SALÁRIOS, AO TARIÁRIO. Determina a todas as instituições autárquicas a planificação da revisão de tarifas para fazer face ao custeio das mesmas em 1959. Visa, portanto, que todas as autarquias se tornem auto-suficientes e não dependam mais dos subsídios governamentais. É claro que a elevação das tarifas das empresas de navegação, por exemplo, deter-

minará consequentemente o aumento da carestia. Por outro lado, pretende o governo congelar os salários dos servidores públicos, civis e militares, até junho de 1959 e, «benignamente», sugere um salário mínimo de Cr\$ 5.400,00 para que os trabalhadores «voltem ao poder de compra que tinham em ... 1956». Como se vê, é o congelamento do salário mínimo no nível de 1956 o que objetivam, mas os trabalhadores não podem ser identificados com os carangueijos. Estes, via de regra, caminham para trás, os trabalhadores não. Como todos os seres humanos, os trabalhadores marcham para a frente, sabem que de 1956 até hoje o país se desenvolveu, que produziram mais e maiores riquezas, e assim exigem o seu quinhão na distribuição das mesmas. Sem dúvida, tal política não permite antever a «estabilidade social» prevista, mas, ao contrário, assistiremos à incrementação das lutas dos trabalhadores e do povo contra a ofensiva antipopular, antioperária e antinacional, projetada e posta em execução pelo setor entreguista das classes dominantes.

5 — VISA ESTABELECE O EQUILÍBRIO NO BALANÇO DE PAGAMENTOS INTERNACIONAIS. Isto é justo. Mas, entre outras medidas, subordina-se a importação à amortização da dívida brasileira. Congela-se a importação, exigindo-se dos novos requerentes um período de carência de três anos, assim como, afirma-se no Plano, só será permitido o aumento das importações após o restabelecimento das reservas em divisas no exterior. Como se vê, é um objetivo antinacional e ao mesmo tempo utópico. É antinacional porque o desenvolvimento econômico do país exige, uma vez que ainda não fabricamos máquinas e outros implementos, não o congelamento, mas maior controle e seleção das importações. É utópico querer acumular reservas de divisas no exterior porque isso só seria possível:

1 — No caso de guerra em que não participássemos e pudessemos exportar sem possibilidade de importar. Mas o mundo não obstante esforços em contrário das forças interessadas na guerra, marcha para consolidar a situação de paz em que vivemos.

2 — Se o Brasil fosse um país imperialista, lidando com colônias e pudesse realizar uma troca não equivalente à base da exploração dos povos oprimidos. Na realidade, também somos um país oprimido pelos trustes internacionais e nossos interesses estão ligados ao reforçamento da unidade com todos os povos subdesenvolvidos, que lutam pela soberania e o progresso. Sabem os brasileiros que um povo que oprime outro não pode ser livre; por isso, é uma exigência nacional a existência de relações iguais, mutuamente benéficas entre todos os povos.

3 — Se o Brasil fosse um país desenvolvido, com uma produção diversificada e baseada numa técnica elevada, que lhe permitisse concorrer, com êxito, no mercado internacional, com países como os Estados Unidos, a Inglaterra, França, Itália, Japão, etc., que, atualmente sofrem crise de superprodução e tiveram, entre si, uma guerra econômica pela conquista de mercados, fontes de matérias primas, etc. Não é o nosso caso. Além disso, os interesses do Brasil exigem não uma acumulação de divisas, e sim seu emprego criterioso visando o desenvolvimen-

A camisa encharcada de suor, muitos leitores do «O Globo» devem ter lido, a propósito de declarações do diretor do Serviço de Meteorologia, a informação preciosa de que durante a semana passada haviam ocorrido chuvas esparsas, incapazes de eliminar o calor. Contudo, o jornal do sr. Roberto Marinho não se limita a fazer considerações ligadas à inconstância e ao rigor do clima carioca. Os melhores de seus redatores investem, com o heroísmo dos pelotões de caça-minas, pelo terreno traçoireiro dos prognósticos políticos.

Na mesma edição em que ficamos sabendo que fizera calor na data histórica de 15 de Novembro, também nos informou «O Globo» de que no PSD se apresenta uma tendência bem acentuada para fixar desde logo a conduta do partido em face da sucessão presidencial, tendência com base no pensamento pessedista de proa.

O estilo não é dos mais claros. Entretanto não é mau, vez por outra, o jornalista confiar nos méritos do «eleitor inteligente».

Para descobrir as causas da tendência bem acentuada, com base no pensamento de pessedistas de proa, o vespertino da Rua Santana não foi longe. Buscou esclarecimento junto ao deputado Bias Fortes, candidato mais votado em Minas para a Câmara Federal. Esse candidato votadíssimo, por coincidência, é filho do governador das Alterosas, província onde o governo local desfruta considerável prestígio em eleições, mesmo depois dos bons tempos do bico de pena.

Biasinho (assim é chamado o filho do governador Bias), é pessoa de poucos discursos e de muita conversa nos corredores. Isto sem que exceda os limites da discreção, o que seria horrível no representante de uma terceira geração de políticos de Barbacena.

O pequeno Bias, depois de segredar ao repórter do «O Globo» mistérios da bem acentuada tendência pessedista de proa, de fixar desde já a conduta do partido em face da sucessão ao Catete, censurou os aliados de tempos passados, que no tempo presente procuram «tirar proveito de nossas vitórias em prejuízo do próprio PSD». E no mesmo momento dirigiu apelo à oposição, a fim de que, «sem quaisquer abdicções de sua linha de vigilância e de crítica», dê apoio à «ingente tarefa de recuperação financeira do País», quer dizer, apoio ao plano Lucas Lopes, que deixa de lado, muito folgada, a remessa de lucros das empresas estrangeiras, buscando arrancar recursos financeiros à custa de maiores sacrifícios impostos aos consumidores e pagantes de tributos diretos e indiretos.

Bias Filho repete a canção insistentemente executada por Bias Pai, nesse apelo aos reacionários da oposição em favor dos planos econômico-financeiros de um dos mais graduados entreguistas do governo, o ministro da Fazenda.

Pai e Filho, embora duas pessoas distintas, alimentam um só e verdadeiro pensamento, que é o da constituição de uma união sagrada contra o povo.

Tudo com base no que há de pior entre figuras de proa do pessedismo e do udenismo de tendência bem acentuada.

to econômico independente do país. No pós-guerra era grande a reserva de divisas no exterior, que foram desbaratadas perdulariamente sem nenhum resultado para o progresso de nosso povo.

4 — Se ficasse estagnado o atual desenvolvimento econômico do país e fosse viável e útil continuarmos a exportar, exclusivamente, café e outras mercadorias complementares da economia dos Estados Unidos. É isso, aliás, o que objetivam os autores do Plano. Mas os trabalhadores e o povo não podem concordar com tal política. Como já disse alguém: «O Brasil não pode parar».

Como vemos, o Plano apresenta doces objetivos e, se aprovado como está, tornará mais amarga a vida do povo.

Abstraindo-nos de um ou outro aspecto positivo, a característica principal do Plano é seu conteúdo antinacional, antipopular e antioperário. Expressa o aguçamento da contradição que existe entre a nação brasileira e o imperialismo lanque e seus agentes internos. Visa não só manter a atual situação de dependência do país em relação aos monopólios americanos, como também criar condições para uma maior penetração, em nossa terra, dos trustes internacionais.

É um plano que tenta enfrentar algumas questões de forma utópica e nos quadros do mundo ocidental, sem levar em conta a metade do mundo, um mercado de mais de 900 milhões de pessoas que, livres das crises inerentes ao capitalismo, estão em condições não só de consu-

(CONCLUI NA PAGINA 11)

Intensifica-se Em Portugal O Movimento Pela Anistia

Apelo ao presidente da República para que sejam libertados todos os que sofrem qualquer sanção por motivos políticos

Cresce de intensidade, em Portugal, o movimento pela anistia a todos os presos por delitos de opinião. Recentemente, destacadas personalidades enviaram um apelo, nesse sentido, ao presidente da República, ao presidente da Assembléa Nacional e ao presidente do Conselho. O documento, depois de ressaltar que o povo português sempre se mostrou sensível ao impulso de apaziguamento após as lutas políticas, assinala:

«Injusto seria o supor-se, porém, que os portugueses de hoje pudessem ser menos humanos do que os desse tempo. Por isso se anima da melhor esperança este apelo que o País traz aos Poderes Públicos. Vem dos quatro cantos da Nação e traduz o sentir fervoroso de todos os portugueses de boa vontade — sejam quais forem as suas crenças e ideologias — esta cristã ansiedade de reconciliação e apaziguamento cujo primeiro passo a todos se assegura dever ser o duma generosa anistia a quantos estejam sofrendo por delitos de opinião.

Humano nos parece também que se considerem os outros aspectos da ansiedade pública no que respeita à trágica situação dos demitidos e de quantos que abrangidos pelas medidas de segurança, tão conflagradas consequências estão suportando. Estes e, de um modo geral, todos aqueles sob os quais pesa qualquer sanção por motivos

políticos, todos ansiosamente aguardam uma decisão conciliadora do Governo da Nação.»

O apelo foi assinado, entre outras, pelas seguintes personalidades:

Dr. João de Barros — escritor; Dr. Luís de Almeida Braga — advogado; Prof. Dr. Barbosa de Magalhães — presidente do Diretório da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem; Virgílio Marques — secretário-geral da Liga dos Direitos do Homem; Dr. Pedro Pitta — advogado e Bastonário da Ordem dos Advogados; Dr. Constantino Fernandes — advogado e presidente do Conselho Distrital da Ordem dos Advogados; Prof. Mário de Azevedo Gomes — engenheiro-agrônomo, prof. catedrático do ISA; prof. Vieira de Almeida — prof. catedrático da F. Letras L.; D. Sophia de Mello Breyner Andersen — poetisa; Dr. Francisco de Souza Tavares — advogado; Aquilino Ribeiro — escritor; Dr. Rolão Preto — publicista; Dr. António Sérgio — ensaísta; Dr. Vieira da Luz — prof. e membro da Acção Católica; Dra. D. Maria Izabel Aboim Inglês — ex-assistente da F. Letras L.; Dr. Manuel João da Palma Carlos — advogado; Dr. António Alcáda Baptista — advogado; D. Maria Tereza Lucena Galvão (esposa de um preso político); D. Maria José Duarte (mãe de um preso político); Artur Manuel Alves (pai de duas presas políticas).



Há muito tempo que nosso povo exige o congelamento de preços. A gravura lembra uma das inúmeras manifestações nesse sentido. Agora, o governo determina a medida. E o povo saberá não permitir que o congelamento fique apenas no papel.

O congelamento dos preços corresponde a uma reivindicação que vem sendo apresentada há muito tempo pelos trabalhadores e o povo. Foi exigida em diversas manifestações de rua contra a carestia de vida e constou das resoluções de séculos congressos operários. O governo anuncia, agora, a adoção dessa medida através da COFAP, tendo sido baixadas, a respeito, duas portarias.

POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA ERRADA

A decretação pelo governo do congelamento dos preços de primeira necessidade significa, antes de tudo, que o próprio governo reconhece que a carestia de vida atingiu limites já insustentáveis para o povo. A tal ponto que tornou necessária uma "ação de emergência" por parte das autoridades federais. Por outro lado, a iniciativa entra em contradição com a política econômico-financeira seguida pelo governo, particularmente com o chamado Plano de Estabilização Monetária do sr. Lucas Lopes, revelando assim caráter antipopular dessa política e a necessidade de sua modificação.

Segundo palavras do próprio Ministro da Fazenda, o Plano de Estabilização Monetária foi precedido de algumas medidas de natureza econômica e financeira, consubstanciadas nas Instruções 166 e 167 adotadas pelo Conselho da SU MOC em sessão do dia 4 de outubro último. E são sabidas as repercussões altistas que essas medidas provocaram em relação aos preços de artigos de consumo diário da população. Por outro lado, o Plano em si contém providências que, adotadas, teriam, entre outras consequências condenáveis, a de determinar no v. a. as majorações de preços. Basta que se leve em conta a pretensão de elevação de impostos, que importará num acréscimo de 60 por cento para a população da ordem de 13 bilhões de cruzeiros. Prevê ainda o Plano medidas restritivas do crédito, quando, agora, anuncia o sr. Juscelino Kubitschek ter determinado, ao Banco do Brasil, "não fazer restrições de crédito aos produtores agropecuários, para evitar escassez de gêneros alimentícios no mercado".

O CONGELAMENTO DE A CAFAP

Determinou o presidente da República que cabe à COFAP estabelecer e fazer cumprir o congelamento dos preços. Essa determinação provocou, como era aliás de se esperar, certo ceticismo popular. É conhecida a orientação do coronel Frederico Mindello à frente do órgão tabelador. Sempre se manifestou francamente favorável à liberação dos preços. E expressamente declarou aos jornalistas, a propósito das medidas determinadas pelo sr. Juscelino Kubitschek ser contrário ao congelamento. Entrega-se, assim, a uma autoridade a incumbência de cumprir uma resolução com a qual não está de acordo. E não é só isso. Sabemos também que a COFAP está desapaarelhada para exercer suas funções. Em todo o território nacional, só existem 25 CO MAPS, isto é, em apenas 25 municípios está a COFAP organizada. Seu número de fiscais vai a 150, conforme declaração do col. Mindello. E é ainda o mesmo col. Mindello que informa a existência de dois telefones para as reclamações da população da capital da República. O órgão encarregado de fazer cumprir o congelamento não se encontra, pois, aparelhado. Além disso, seu presidente é contra a medida.

Essa situação põe em cheque a execução das medidas que o sr. Juscelino Kubitschek anunciou. Cabe ao governo, sem dúvida, para que tudo não fique apenas no ato publicitário, tomar as providências capazes de transformar o congelamento em realidade, aparelhando para esse fim a COFAP e empenhando também outros setores da administração. Por outro lado, é evidente a necessidade de os trabalhadores e o povo utilizarem seus recursos, principalmente suas organizações, para exigir que o congelamento dos preços seja realmente cumprido.

COMBINAÇÃO IMPOSSÍVEL: PLANO LUCAS LOPES E CONGELAMENTO DE PREÇOS

As medidas anunciadas pelo governo entram em choque com sua própria política econômica-financeira — O coronel Mindello é do contra e a COFAP está desapaarelhada — Revisão imediata do salário mínimo e aumento para o funcionalismo — Partida determinada, exigir a efetivação do congelamento e reforçar a luta contra a carestia da vida

ORLANDO BOMFIM JUNIOR

problema dos salários e preços, o sr. Juscelino Kubitschek colocou a questão em termos inaceitáveis para os trabalhadores. Reconhece o presidente da República que setores inescrupulosos do comércio e da indústria "têm procurado remarcar os preços dos gêneros de primeira necessidade e bens de consumo, em níveis muito superiores ao aumento efetivo de custo, agravando a situação das classes menos favorecidas, sobretudo das que vivem de salário mínimo". E declara também que "na expectativa de revisão do salário mínimo, tem-se registrado desusada pressão sobre o mercado de matérias-primas e material de construção, com vistas à formação de estoques". E ainda reconhece que a simples discussão da reforma do imposto de consumo pretendida pelo governo "forneceria pretextos para remarcação altista de preços".

SALÁRIOS E CONGELAMENTO

Ao referir-se, na exposição apresentada à imprensa, ao

problema dos salários e preços, o sr. Juscelino Kubitschek colocou a questão em termos inaceitáveis para os trabalhadores. Reconhece o presidente da República que setores inescrupulosos do comércio e da indústria "têm procurado remarcar os preços dos gêneros de primeira necessidade e bens de consumo, em níveis muito superiores ao aumento efetivo de custo, agravando a situação das classes menos favorecidas, sobretudo das que vivem de salário mínimo". E declara também que "na expectativa de revisão do salário mínimo, tem-se registrado desusada pressão sobre o mercado de matérias-primas e material de construção, com vistas à formação de estoques". E ainda reconhece que a simples discussão da reforma do imposto de consumo pretendida pelo governo "forneceria pretextos para remarcação altista de preços".

problema dos salários e preços, o sr. Juscelino Kubitschek colocou a questão em termos inaceitáveis para os trabalhadores. Reconhece o presidente da República que setores inescrupulosos do comércio e da indústria "têm procurado remarcar os preços dos gêneros de primeira necessidade e bens de consumo, em níveis muito superiores ao aumento efetivo de custo, agravando a situação das classes menos favorecidas, sobretudo das que vivem de salário mínimo". E declara também que "na expectativa de revisão do salário mínimo, tem-se registrado desusada pressão sobre o mercado de matérias-primas e material de construção, com vistas à formação de estoques". E ainda reconhece que a simples discussão da reforma do imposto de consumo pretendida pelo governo "forneceria pretextos para remarcação altista de preços".

problema dos salários e preços, o sr. Juscelino Kubitschek colocou a questão em termos inaceitáveis para os trabalhadores. Reconhece o presidente da República que setores inescrupulosos do comércio e da indústria "têm procurado remarcar os preços dos gêneros de primeira necessidade e bens de consumo, em níveis muito superiores ao aumento efetivo de custo, agravando a situação das classes menos favorecidas, sobretudo das que vivem de salário mínimo". E declara também que "na expectativa de revisão do salário mínimo, tem-se registrado desusada pressão sobre o mercado de matérias-primas e material de construção, com vistas à formação de estoques". E ainda reconhece que a simples discussão da reforma do imposto de consumo pretendida pelo governo "forneceria pretextos para remarcação altista de preços".

problema dos salários e preços, o sr. Juscelino Kubitschek colocou a questão em termos inaceitáveis para os trabalhadores. Reconhece o presidente da República que setores inescrupulosos do comércio e da indústria "têm procurado remarcar os preços dos gêneros de primeira necessidade e bens de consumo, em níveis muito superiores ao aumento efetivo de custo, agravando a situação das classes menos favorecidas, sobretudo das que vivem de salário mínimo". E declara também que "na expectativa de revisão do salário mínimo, tem-se registrado desusada pressão sobre o mercado de matérias-primas e material de construção, com vistas à formação de estoques". E ainda reconhece que a simples discussão da reforma do imposto de consumo pretendida pelo governo "forneceria pretextos para remarcação altista de preços".



NELSON ROCKEFELLER

Quem substituirá Eisenhower? «NENHUMA MUDANÇA FUNDAMENTAL NA POLÍTICA NOROCCIDENTAL»

Nos Estados Unidos da América, apesar da sua alardeada democracia, cantada em prosa e verso (não obstante o feroz racismo contra 18 milhões de pessoas de cor, não obstante os 6 milhões de desempregados, etc. e revezando no poder dois partidos: o Democrata e o Republicano.

KRUSCHIOV E AS ELEIÇÕES NOS ESTADOS UNIDOS

Em discurso pronunciado numa recepção que teve lugar no Palácio do Kremlin no dia 7 de novembro (aniversário da Revolução Socialista de Outubro) o Primeiro Ministro Nikita Kruschiov disse, sobre as eleições de 4 de novembro nos Estados Unidos:

«POLÍTICA NOROCCIDENTAL»

racista do Estado de Arkansas, Faubus, foi eleito. Trata-se de um democrata, isto é, um membro do Partido Democrata. Faubus é o homem que se tornou mundialmente famoso pela sua atuação prática no domínio da segregação racial. Fez e fez mais ainda a golpes de ditadura, causou a morte de milhares de pessoas, praticou violências inimagináveis contra jovens de cor. Declarou abertamente que preferia ver as escolas fechadas a funcionarem sob regime de integração, isto é, frequentadas por brancos e negros.

SENADO: republicanos — 34 cadeiras; democratas — 62

CÂMARA DE REPRESENTANTES: republicanos — 153 cadeiras; democratas — 283

QUEM SUBSTITUIRÁ EISENHOWER?

A partir de agora, a vida política interna dos EE. UU. começa a girar em torno da sucessão presidencial. A pergunta que se formula em toda parte é esta: quem substituirá Eisenhower? Não há dúvida que o próprio Eisenhower (que não é provável se candidatar novamente) não se reelegerá. Assim, o candidato mais cotado no momento pelo Partido Republicano é o ex-vice-presidente Nelson Rockefeller. «Queremos Rocky» — já gritam os republicanos de Nova York.

BASTIDORES DA POLÍTICA

Esta semana, tanto no plano do Legislativo como do Executivo, foi marcada pelo agravamento da crise que, iniciada com novo surto de indisciplina entre o setor golpista, terminou por extravasar do âmbito militar, gerando o ambiente de inquietude, inquietação e desorientação, particularmente sensível no ambiente do Palácio Tiradentes. Mais uma onda de boatos avassala a cidade, tornando ainda mais ameaçadora a já de si perigosa situação criada pelo aguçamento de problemas, como o da carestia, por exemplo, face aos quais o governo continua tergiversando nas soluções que se impõem.

Neste momento em que as crises em flagração em vários setores parecem suceder em cadeia, a posição dos dois grandes partidos da maioria, PSD e PTB, não parece perfeitamente clara. A maioria se apresenta algo inerte na Câmara ante os ataques ao governo e ao Ministro da Guerra, que estão indo num crescendo de violência e agressividade. Seus líderes, tanto o sr. Armando Falcão como o sr. Fernando Ferrari, parecem carecer da necessária combatividade na defesa da legalidade democrática e dos chefes militares que, em 11 de novembro de 55, assumiram a direção das forças nacionais que se ergueram em defesa da posse dos eleitos. Se ao povo brasileiro repugna a simples ideia de recurso a leis de exceção, e mais ainda a de golpes e de ditadura, causará estranheza, sem dúvida, qualquer timidez por parte dos seus legítimos representantes no Poder Legislativo, na defesa intransigente dos postulados constitucionais e da própria Democracia, mais uma vez ameaçada.

A visita feita pelo Ministro da Justiça ao presidente da Câmara no princípio da sessão vespertina de terça-feira última, bem como a demorada conferência que manteve com os deputados Mazzilli e Armando Falcão, a portas cerradas, e da qual nada transpirou além de vagas explicações colhidas pelos jornalistas em palestra posterior, tanto com o Ministro

O assédio ao líder Fernando Ferrari, em que se empenham elementos ligados ao sr. Jânio Quadros, é um dos fatos mais comentados nos círculos políticos parlamentares. As prudentes referências feitas pelo líder gaúcho à candidatura do atual governador de São Paulo à sucessão de JK, em sua entrevista concedida ao «O Jornal», têm sido interpretadas com o sintomático de uma maior aproximação entre o líder trabalhista na Câmara e o deputado que o PTB acaba de eleger no Paraná.

PETROLEO, DEMOCRACIA

O PC da Venezuela Apóia Larrazábal

O Partido Comunista da Venezuela registrou como seu candidato a presidência da República daquele país o atual administrador Wolfgang Larrazábal.

O PARTIDO COMUNISTA E O POVO NEGRO

William L. Patterson

Quando há 39 anos, em 1919, o Partido Comunista surgiu na história americana, já há 300 anos os negros americanos constituíam parte inseparável de nossa pátria. O partido surgiu em consequência de lutas políticas, econômicas e sociais de que os negros participaram. Antes dele, nenhum partido político interpretava as reivindicações e necessidades fundamentais do povo ou formulava uma linha prática de ação que as atendesse.

O Partido Comunista não é fruto da situação histórica atual, com suas crises periódicas, milhões de desempregados e o preconceito racial que gera a violência. Foi concebido e nasceu porque nenhum outro partido possuía um programa que apresentasse solução para os problemas na ordem do dia.

Os frutos econômicos da revolução industrial e a grande revolução que deu origem a nosso país eram de propriedade de um punhado de bilionários, os donos da América. A carta de direitos era saboteada em todos os Estados. O governo Federal, constituído por representantes dos magnatas da economia, usava seu poder contra os interesses nacionais e os interesses do povo.

A ofensiva contra-revolucionária desencadeada pelos senhores de escravos foi vencida. Os escravos representavam um papel decisivo na guerra civil que a esmagara. Era o momento para a integração racial, porque os escravos haviam conquistado a emancipação e as emendas decorrentes da Guerra Civil, à Constituição, as quais os tornaram cidadãos formalmente possuidores de igualdade de direitos. No entanto, o valor desses documentos havia sido anulado pelo execrável acordo Hayes-Tilden entre republicanos e democratas, que novamente colocou os proprietários de terra no poder.

Essa traição monstruosa às transformações democráticas no Sul, então realizadas por brancos pobres e antigos escravos na prática anularam as emendas 14 e 15. O capitalismo colocara os direitos de propriedade acima dos direitos humanos.

Em 1896, chamado a julgar um caso de discriminação racial em estrada de ferro, o Supremo Tribunal optou pela segregação racial. Um vergonhoso decreto que estabeleceu a separação teve o mesmo resultado, ao passo que as opiniões de juizes racistas estabeleceram a discriminação e a segregação como política oficial, qualquer que fosse o partido que estivesse no poder. Quando artistas, cientistas e escritores capitalistas abordavam o problema do negro faziam-no para pregar o mito da supremacia do branco. Esta se tornara uma característica da democracia capitalista. Líderes sindicais leviandos ou corruptos pregavam as mentiras racistas unindo seus irmãos de cor e negando-lhes lugar nas organizações trabalhistas, dessa forma enfraquecendo o movimento operário.

Em sua atitude para com os negros, a democracia capitalista se tornará fator destrutivo da moralidade nacional e sancionava a violação da integridade nacional. A justiça burguesa para com os negros transformavam em farsa a igualdade e a lei. A economia burguesa usou a demagogia racista como instrumento para super-exploração, como incentivo à violência de desordeiros e o meio de falsificar a história. A democracia capitalista divide a América segundo os preconceitos de cor, sem encontrar qualquer virtude que possa redimir os negros: é uma democracia profundamente degenerada.

Essa era a situação do povo da América quando o Partido Comunista foi fundado. Nem mesmo o mais ardoroso apologista do capitalismo teria afirmado que os negros

americanos gozavam de quaisquer dos "direitos inalienáveis" entre os quais estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade.

Além dos dois maiores partidos que exerceram o poder



Benjamin Davis

político e aplicaram a justiça do linchamento para defender os interesses do imperialismo americano, partidos menores surgiram em consequência das lutas dos grunjeiros trabalhadores e da classe média americana. O movimento populista surgiu e fracassara, o mesmo acontecendo com a organização I. W. W. Os socialistas apareceram na arena política.

Nenhuma dessas correntes considerou os negros como aliados. Nem Eugene Debs, do Partido Socialista, nem Daniel de Leon, do Partido Socialista Trabalhista, compreendeu o sentido profundo da questão negra, pois a consideraram como problema puramente de classe. Victor Berger, um dos dirigentes do socialismo em nosso país, afirmou em maio de 1902 no "Herald", órgão do Partido Democrático Socialista, que "dúvida alguma há de que os negros e os mulatos constituem raça inferior". Aos negros não se oferecia portanto qualquer alternativa política digna desse nome.

Presente do PCUS ao PSUA e ao PCA

Através do embaixador da URSS na República Democrática Alemã, o Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética ofereceu ao Comitê Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha o filme documentário "Vladimir Ilitch Lenin", dedicado à vida e à obra do fundador do primeiro Estado socialista. Walter Ulbricht agradeceu ao CC do PCUS em nome de seu partido.

Nicolai Chervnink, chefe de uma delegação do PCUS que acaba de visitar a Áustria, ofereceu ao Partido Comunista da Áustria filmes documentários sobre a vida e a atividade dos grandes líderes do proletariado, Marx e Lenin.



Dêsde o início o Partido Comunista considerou o negro como algo mais do que um simples trabalhador, combatendo com maior vigor político e ideológico as escabrosas teorias que afirmam a superioridade do branco. Foram expulsos do Partido aqueles que não encaravam o problema dessa maneira, furtando-se a travar batalha incansável contra o chovinismo branco. Para os comunistas era de capital importância a unidade do povo negro, a unidade entre as massas negras e brancas e especialmente a unidade dos trabalhadores e dos negros, aliados, com igualdade de direitos, para a luta. Era o meio de chegar ao socialismo, onde o Estado garante igualdade de oportunidade. Os comunistas revelaram as contradições inerentes ao problema negro, considerando-as como o "calcanhar de Aquiles" dos bandidos imperialistas.

O ódio que os imperialistas devotam aos comunistas é tão profundo que chamam nosso Partido de "Partido de negros", e de comunismo qualquer movimento que defenda os direitos dos negros. Sabem que os comunistas assumem as responsabilidades históricas que a vida lhes impõe. Sabem que o Partido deve atrair o melhores filhos e filhas do povo negro. Assim como a América negra desafiou a escravatura, também desafiará qualquer sociedade baseada na opressão. Os negros marcham no sentido da história. A firmeza com que

os comunistas enfrentam os inimigos imperialistas da humanidade fornece muitas lições para os negros. Constataram também a ajuda prestada aos países da Ásia e da África pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

A luta dirigida pelos comunistas constitui o ponto de apoio das gloriosas pelejas que atualmente os negros travam, estimulando a resistência do povo americano à nefasta política de opressão e guerra do atual governo.

Ben Davis, o mais eminente líder negro de nosso Partido, lidera ideologicamente, ao lutar por uma cadeira na assembleia estadual de Nova York, todos os que almejam a unidade dos negros, independentemente de filiação política. Ben Davis, filho de um membro de uma das comissões republicanas da assembleia nacional da Georgia, simboliza as transformações ocorridas no pensamento e na ação política dos negros. Sua campanha eleitoral revela a conexão existente entre a luta do povo negro e as lutas de libertação de toda a humanidade.

Os comunistas da América estão ligados ao povo negro por sólidos laços de lealdade às melhores tradições de luta na história americana. Hoje se denomina de comunismo a todos os nobres ideais a que os negros aspiram, o que, naturalmente, não é verdade, mas revela o sentido real da marcha dos acontecimentos no mundo em que vivemos.

VIDA DOS PARTIDOS COMUNISTAS

CRITICA AOS IUGOSLAVOS

A «Revista Marxista», órgão do Partido Trabalhista-Progressista do Canadá, divulgou recentemente uma análise do Programa da Liga dos Comunistas da Iugoslávia. A análise diz, entre outras coisas: «O projeto de programa e o programa final adotado pela Liga dos Comunistas da Iugoslávia, ao lado dos informes ao Congresso feitos por Tito, Kardel e Rankovitch, na nossa opinião, contém uma política que, nas questões fundamentais, constitui uma revisão dos provados princípios do Marxismo-leninismo. Além disso, esta política revisionista é agora apresentada como um sistema de pontos-de-vista através de uma plataforma.»

O artigo acrescenta que, «para o movimento comunista internacional, discutir e criticar esta política revisionista não significa «interferência» nos assuntos internos da L. C. I., mas é um dever dos comunistas em toda parte, especialmente desde que o revisionismo é um fenômeno internacional, que se manifesta em todos os países.»

Programa eleitoral do PCJ

O jornal japonês "Akahata" publicou o Programa do Partido Comunista do Japão para as eleições parlamentares (à Câmara Baixa da Dieta Japonesa e aos órgãos legislativos locais) que terão lugar em abril e maio de 1959.

O Programa do PCJ afirma que, estando o Japão sob a dependência dos Estados Unidos, enquanto os imperialistas preparam uma guerra nuclear, o governo de Ichioka adotou abertamente uma política de revivência do imperialismo e do militarismo, intensificando ao mesmo tempo a ofensiva contra os direitos e os interesses do povo. O Programa acrescenta que o governo japonês está cooperando com os Estados Unidos em suas ações agressivas contra a China, obstruindo a conclusão de um tratado de paz com a União Soviética, procurando ressuscitar o regime do Estado policial e tratando de dotar o país de armas nucleares. Es-

tas medidas reacionárias, no entanto, acrescenta o Programa, não revalem forças por parte do governo, mas que o governo encontra dificuldades crescentes para dominar o povo.

O Presidium do CC do PCJ atribui particular importância à intensificação da luta do povo japonês, com a classe operária à frente, pelos seus interesses vitais, pela unidade de todas as forças democráticas e o progressivo isolamento do Partido Liberal Democrata e do governo pelo povo.

O Programa conclama o povo a lutar, durante a campanha eleitoral, contra a política de cumplicidade do governo japonês com os imperialistas americanos contra a China, pela imediata evacuação das forças americanas da zona de Formosa, pela imediata conclusão de um tratado de Paz com a União Soviética, pela extinção das bases militares dos EE. UU. no Japão e pela denúncia de todos os acordos não equivalentes entre o Japão e os Estados Unidos.

DICIONÁRIO

Fenômeno e Essência —

Em seu contato com o mundo exterior, o homem percebe os diferentes fenômenos da natureza: vê os objetos, toca a superfície das coisas, distingue diversos odores, etc. Mas esse conhecimento das coisas, dado através dos órgãos dos sentidos, revela apenas a aparência, a forma exterior sob a qual aparecem os homens e os objetos e os processos que se desenvolvem no mundo. Os sentidos dão-nos a conhecer apenas o aspecto superficial das coisas e dos processos, isto é, o fenômeno. Se o nosso conhecimento se detivesse aí, portanto, o conhecimento de alguns aspectos apenas das coisas e não as conheceríamos em sua profundidade, não poderíamos descobrir e que elas possuem o comum e determinante, isto é, não conheceríamos a sua essência.

Fenômeno e essência são, assim, categorias filosóficas que refletem na consciência humana diferentes aspectos das coisas e dos processos que se verificam na natureza e na sociedade. A essência exprime as características fundamentais dos objetos, sua natureza interna, os processos que nelas se desenvolvem. O fenômeno é uma manifestação exterior da essência, a forma exterior sob a qual as coisas e os processos aparecem à superfície. Há, desse modo, uma unidade dialética inseparável entre fenômeno e essência. Enquanto a essência se manifesta através do fenômeno, o fenômeno é essencial.

O objeto da ciência é penetrar a essência das coisas, que não está ao alcance dos sentidos, da observação simples. Além do mais, a forma exterior sob a qual aparecem as coisas pode dar, muitas vezes, uma idéia falsa de sua verdadeira essência. Assim, por exemplo, aos nossos olhos o Sol parece girar em torno da Terra, quando o que se dá na verdade é o contrário. Da mesma forma, o salário que o operário recebe do patrão aparece como o pagamento de todo o trabalho, quando de fato o trabalho não é pago senão em parte, sendo o restante apropriado pelo capitalista sob a forma de mais-valia. Aparentemente, as inversões de capital estrangeiro em nosso país são um fator de progresso; na realidade, porém, constituem um elemento de descapitalização e empobrecimento do Brasil. «Se a forma de manifestação das coisas e sua essência coincidisse em um modo imediato, toda ciência seria supérflua», diz Marx em «O Capital».

O materialismo dialético contrapõe a sua concepção das categorias essência e fenômeno tanto ao agnosticismo — que separa a essência do fenômeno e afirma que é impossível aos homens conhecer a essência das coisas — como ao empirismo vulgar, que identifica a essência com o fenômeno limitando-se apenas à aparência imediata das coisas. A prática confirma que, através da ciência, os homens podem chegar ao conhecimento da essência das coisas, descobrir e formular as leis de seu desenvolvimento, orientar-se enfim no sentido de adaptar o mundo exterior às suas necessidades.

TRABALHO MANUAL PARA TODOS

Segundo uma resolução que vem de ser adotada pelo Comitê Central do Partido Comunista da Albânia, todos os funcionários albaneses, de agora por diante, trabalharão pelo menos um mês cada ano em alguma atividade manual. Esta decisão entrará em vigor a partir de janeiro do próximo ano. Abraça todos os membros da direção do Partido e do governo, intelectuais, funcionários do Partido, com exceção daqueles que pela idade avançada ou por condições de saúde devam ser excluídos da atividade física.

Todas estas categorias de funcionários participarão da construção de estradas, edifícios, plantação de árvores, etc. A resolução conclama todos os funcionários, particularmente os comunistas, a darem o exemplo.

to aniversário da luta do povo argelino pela sua independência.

Faz um apelo também a favor da unidade com a classe operária francesa, com todas as forças francesas lutam pela liberdade e a paz.

O artigo em apreço faz um balanço destes quatro anos de luta e diz que no terreno militar o "Exército de Libertação Nacional da Argélia" infligiu pesadas perdas às forças armadas dos colonizadores franceses, que tiveram neste período mais de 600 mil baixas.

Politicamente, a resistência do povo argelino ganhou o respeito dos povos de todo o mundo. Ignorando e liberadamente os fatos, acrescenta o documento, de Galle e seu governo continuam a desastrosa política de guerra na Argélia. Mas, o povo argelino prosseguirá lutando até a vitória final de sua livre causa.

Êxitos do PC da China na educação

O Partido Comunista da China está colhendo os primeiros frutos de sua política de combinar a educação com o trabalho produtivo, através da fundação de escolas em toda a China.

Assim, cerca de 150 mil empresas e 10 mil fazendas agrícolas estão sendo servidas por mais de 20 mil instituições educacionais secundárias. Cerca de 30 mil professores e estudantes já participaram da presente campanha pela fundição de ferro e aço. Professores e estudantes têm dado também uma importante contribuição na produção de adubos químicos para a agricultura. Calcula-se que nos pequenos fornos a cargo das escolas serão produzidos, até o fim deste ano, 1.500.000 toneladas de ferro e aço, 36.600 toneladas de fertilizantes.

Estas cifras e outras, em outros ramos de atividade, são consideradas como um grande sucesso inicial da política do Partido Comunista de harmonizar o trabalho intelectual com o trabalho físico, fazendo com que todo o povo participe ativa e diretamente da construção do socialismo em todos os domínios.

O PC argelino pela unidade

A organização do Partido Comunista da Argélia na França dirigiu-se a todos os argelinos clamando-os a unir-se em torno do Governo provisório da República da Argélia, por motivo do quar-

MANDCHÚRIA, BASE DO PODERIO INDUSTRIAL QUE O POVO CHINÊS CONSTRÓI

- ★ Nas fábricas e usinas de Anshan e Shen-ying palpita em fluxos crescentes de produção todo o espantoso dinamismo desta China do "grande salto"
- ★ Numa fábrica de trilhos e tubos sem costura a produção deste ano já ultrapassou os níveis da indústria similar da Inglaterra e dos EE. UU.
- ★ Um Instituto Superior de Tecnologia que prepara técnicos de alto nível, marchando para a auto-suficiência graças à produção industrial de seus laboratórios-usinas

MARIA DA GRAÇA

Mas a Mandchúria não é só Anshan — capital do aço —, nem Anshan é somente o grande Combinado de Carvão e Aço de que falamos na reportagem anterior.

A Mandchúria, com suas fronteiras tocando a Coreia, é uma das regiões mais ricas da China. É dos maiores centros de indústria pesada do país e suas reservas de ferro, manganês, carvão, bauxita, minerais atômicos e uma infinidade de preciosas riquezas naturais, seriam suficientes para assegurar o esforço de industrialização da jovem República Popular. Daí a cobiça do imperialismo americano, que transformou um incidente de fronteira, ocorrido no paralelo 38 da Coreia, na guerra imaginada pela louca esperança dos belicistas de Washington de poderem colocar no país um governo fantoche e marcharem para a conquista da rica Mandchúria.

Dividida em três províncias — Liao Ning (mais de 22 milhões de habitantes), Ki-Ling e Hue Lon-kiang — a Mandchúria tem atualmente uma população que se aproxima da casa dos 50 milhões de habitantes.

"A Grande Verdura"

Somente em torno de Shen-ying, sua capital, mais conhecida no mundo ocidental pelo seu antigo nome de Mukden, existem 34 cooperativas agrícolas, 7 das quais são de 1º grau, isto é, totalmente mecanizadas e com elevados índices de produção. Nessas 34 cooperativas vivem mais de meio milhão de camponeses.

Uma dessas cooperativas, que visitamos, distante 25 quilômetros da cidade, «A Grande Verdura», abriga uma população de 15.970 pessoas. Mede 12,50 quilômetros de extensão por 9 de largura e sua superfície cultivada é de 46.150 mous (nessa região 10 mous equivalem a 1 hectare). Sua produção média por mou é, este ano, de 770,50 quilos de cereais, enquanto que a do ano passado foi de 250 quilos. Por essa e outras razões é que o presidente da Cooperativa, um velho camponês que vem sendo reeleito para o cargo desde 1952, quando foi fundada, tão bem e com tanta eficiência se desempenha do mandato, nos afirmava que «A Grande Verdura» cumprirá em um ano, o plano decenal do governo, cujos 4 pontos fundamentais dizem respeito à irrigação, eletrificação, mecanização e reflorestamento.

«A Grande Verdura» é composta de 22 aldeias, já possuindo 44 pequenas unidades industriais para a produção de alimentação, reparação de maquinaria agrícola, carpintarias, fabricação de fertilizantes, de moinhos de vários tipos, sacaria e cordoalhas, olaria e fornos tradicionais para a produção de ferro e aço.

Os camponeses da «A Grande Verdura» sentem-se justamente orgulhosos de seu alto índice de produção — dentro de 1 ano cada mou de suas terras estará produzindo alimentação para 10 pessoas. — de seu hospital, com 11 médicos e cirurgiões, de suas 7 escolas primárias e secundárias, de seu liceu e de sua universidade agrícola, na qual este ano se matricula-

Quantidade, qualidade e economia

Para este segundo plano quinquenal, e especialmente nesta fase do «grande salto», o P. C. lançou a palavra de ordem: produzir cada vez mais, de qualidade cada vez melhor e com maior economia. Foi nos três dias que passamos entre Anshan e Sen-ying, visitando fábricas, cooperativas agrícolas, Institutos de tecnologia e instituições diversas, que melhor podemos constatar que o povo chinês está, de fato, transformando em ação essa grande palavra-de-ordem.

Em Anshan, que foi teatro de uma das mais sangrentas batalhas contra o invasor japonês, na qual pereceram mais de 600.000 chineses, e que deixou a cidade transformada num montão de ruínas, existem agora centenas de grandes médias e pequenas fábricas, todas erguidas e montadas com a ajuda da União Soviética em máquinas e técnicos. A produção global deverá ser, no fim deste ano, cerca de 40% mais elevada que a do ano passado.

Numa fábrica que visitamos, de onde saem trilhos e tubos sem costura, instalada em 1953, acabava de ser ultrapassada a produção similar da Inglaterra e dos Estados Unidos. Os 1.000 operários que ali trabalham produzem 1 tubo cada 15 segundos. A produção diária é de 750 mil tubos grandes (1,59 mm de diâmetro) e 250 pequenos, de 39 mm. Nessa fábrica, uma das maiores do gênero em toda a China, trabalham 80 mulheres especializadas.

Em Shen-ying, onde existem modernas fábricas de locomotivas e material ferroviário, de caminhões e tratores, de máquinas-ferramentas, de material elétrico e de metalurgia pesada de vários tipos, trabalham na produção industrial mais de meio milhão de operários. Antes da libertação as pequenas usinas

e fábricas de reparação, montadas pelos japoneses, empregavam menos de 80.000. Há nove anos atrás existia na cidade uma única escola superior, de Medicina, com 100 estudantes. Nos dias de hoje funcionam: 1 Instituto Superior de Tecnologia, Escola de Agricultura, de Belas Artes, Escola Normal, de Direito, de Farmácia, antiga e moderna, uma Universidade de Engenharia, além de várias escolas técnicas médias, para a preparação de enfermeiras e especialistas em puericultura.

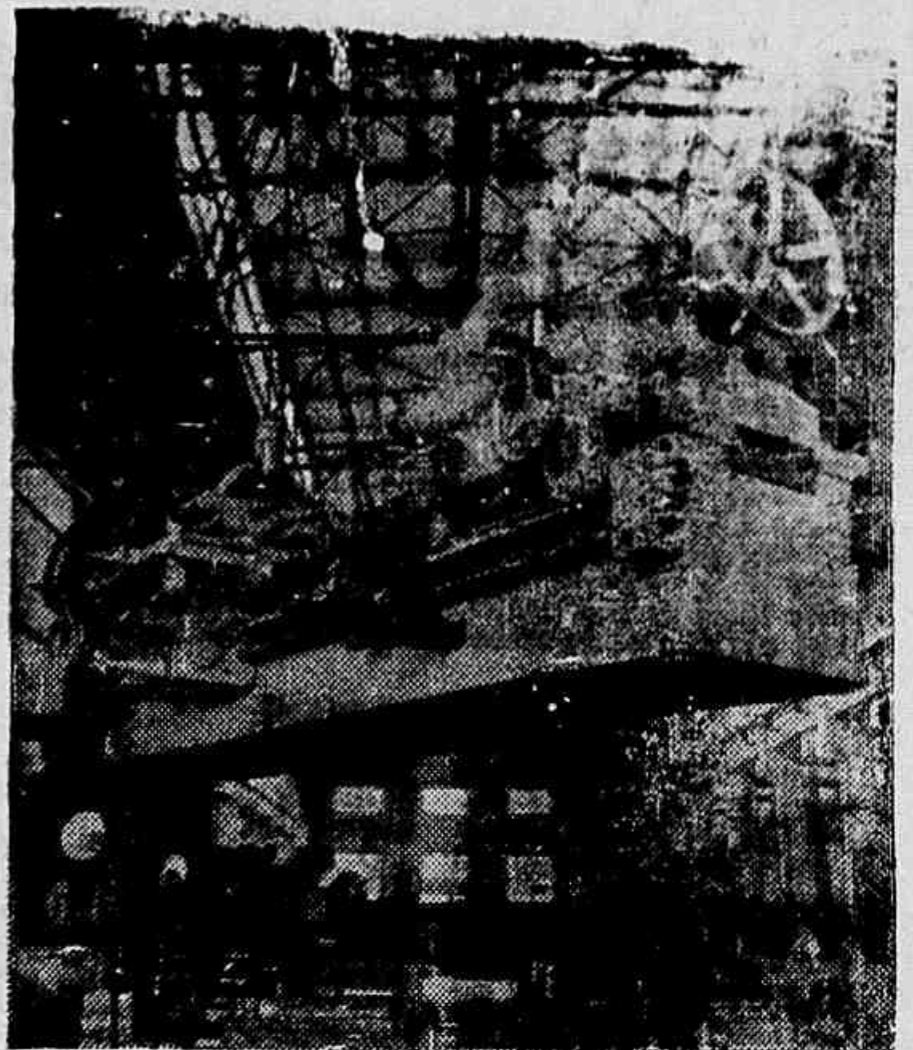
Na «Usina da Fabricação de Produtos Úteis n. 1», construída sob a orientação da União Soviética, e para a qual contribuíram também, com as primeiras máquinas a Tchecoslováquia, Alemanha Oriental e Hungria, são fabricadas máquinas de todos os tipos para a produção de novas máquinas. Em 1956 teve início a produção em série, com 2.000 unidades. Já este ano a produção total atingirá 10.000 unidades. Toda a modelagem é mecanizada. Há uma seção destinada à fabricação de bicicletas. Atualmente os modelos são de criação chinesa. Os primeiros 6 eram soviéticos. Ao ter início o «grande salto» a cota de

produção era de 4.000 máquinas para este ano. Os operários garantiram que produzirão 10.000 e, de acordo com o que vimos, atingirão sem dúvida esse total. Quando da libertação, em 1948, existiam 20 bicicletas na cidade. Nos dias de hoje circulam pelas largas avenidas de Shen-ying mais de 2.000 desses veículos. Cada bicicleta custa 100 yuans e os operários da fábrica recebem um financiamento para a aquisição da sua própria.

Forja de construtores

O Instituto Superior de Tecnologia, conjunto de grandes e modernos edifícios na periferia da cidade, abriga 7 universidades e 15 cursos de formação profissional especializada; seus 30 grandes laboratórios e 100 pequenos ocupam 300.000 metros quadrados de área coberta e as salas de aulas ocupam meio milhão de metros quadrados. Seis mil alunos estudavam no Instituto este ano, e estava sendo avaliada em mais de 2.400 o total das novas matriculas. Entre professores, instrutores de laboratórios e pessoal de administração, o Instituto abriga um pequeno mundo de mais de 2.000 pessoas.

O curso de 5 anos é gra-



Uma das características mais surpreendentes das fábricas chinesas é o extremo assio em que são mantidos todos os setores e, sabendo-se como são altos os níveis de rendimento do trabalho, a aparente lentidão com que correm as tarefas de produção. Na foto, um aspecto da grande Usina n.º 1, de fabricação de máquinas-ferramenta, cuja produção será este ano 40% mais elevada que a de ano passado.

tuito e os alunos recebem uma pequena ajuda em dinheiro. Na aplicação do princípio da escola ligada à vida, realizam eles, nos dois últimos anos, um período de trabalho prático de 3 a 4 meses nas grandes fábricas da província. Desde a sua fundação em 1952, até ao início deste segundo semestre do ano, o Instituto já forneceu à produção industrial — metalurgia, Siderurgia, mecânica e elétrica — e à produção extrativa, 5.800 técnicos de alto nível.

Engajados nas façanhas do «grande salto», os estudantes e mestres do Instituto Superior de Tecnologia de Shen-ying entregaram em 1º de junho deste ano, data aniversária da fundação do P. C. Chinês, 530 trabalhos científicos e grande quantidade de máquinas de calcular e eletrô-

nicas, modelos de sua invenção, fabricadas nos seus laboratórios. A proporção de estudantes de sexo feminino é de 20%, e as moças estão incluídas entre os melhores alunos.

Na Biblioteca do Instituto existem 400.000 volumes de todas as matérias dos diversos cursos, de autores, ingleses, americanos, alemães, franceses, japoneses e russos.

No próximo ano, segundo nos afirmaram os diretores do Instituto, a produção de seus laboratórios-oficinas será suficiente para custear todas as despesas de administração subvencão aos alunos, salários do pessoal, etc. Este ano, por exemplo, a produção industrial interna reduziu o orçamento em 1 milhão e 300 yuans, produzindo riquezas (máquinas, projetos, etc.) no valor de 8 milhões de yuans.

Custo De Vida, Estabilização Monetária e a Luta Dos Trabalhadores

ROBERTO MORENA

O Presidente da República anunciou pelo rádio, no dia 18, as medidas que havia tomado para conter o alarmante aumento do custo de vida. Essas medidas anunciadas já vêm tarde e são resultantes das inúmeras manifestações dos trabalhadores e do povo em geral. Essas reclamações dos trabalhadores e do povo de há muito deviam ser atendidas. Mas as lutas populares em São Paulo, Florianópolis, Porto Alegre, Fortaleza, Belo Horizonte, as concentrações de funcionários públicos e de trabalhadores no Distrito Federal, fizeram sentir de modo eloquente ao Presidente da República, que as constantes reclamações que dirigentes e militantes sindicais lhe fizeram, traduziam o clamor e o desespero das massas laboriosas.

Essa situação se agravou nos últimos meses com o simples anúncio que se iniciaria a revisão dos atuais níveis do salário mínimo e da renovação dos acordos salariais. Por sua vez, o governo também contribuiu para o agravamento da crise com a elevação do custo dos combustíveis e do trigo, para não falar em outros produtos que são importados, principalmente, de países imperialistas.

Não atendeu o governo aos justos e ponderados reclamos do povo e da massa laboriosa. Convém recordar que no dia 31 de janeiro de 1956, precisamente quando completava um ano de seu mandato, os trabalhadores representados pelo seu movimento sindical, dirigiram-se a ele propondo-lhe medidas exequíveis, patrióticas, que demandavam também no sacrifício e na cooperação dos trabalhadores, para os planos de desenvolvimento da nossa pátria. Ficaram em palavras as afirmações do Presidente da República de que seriam examinadas as contribuições dos trabalhadores e que haveria entendimentos e um diálogo permanente entre as autoridades públicas e o movimento sindical.

se tem valido de técnicos e conselheiros, que têm levado o país à atual situação econômica e financeira, com pesados e insuportáveis ônus para a grande massa laboriosa tanto urbana como do interior, cujos reflexos e consequências levam o governo a pensar, então, em algumas medidas de emergência, como as propostas na manhã do dia 18.

Os empregadores, da indústria e do comércio, principalmente os mais poderosos, os que detêm nas suas mãos as grandes empresas e os polpidos negócios, destacando-se os estrangeiros como os da produção de energia elétrica (americanos), de produtos químicos (ainda americanos), esmagadora maioria de negociantes de combustíveis (americanos e ingleses) e outros produtos de exportação (grande parte americanos), tripudiam sobre os sofrimentos do povo: sonham a possibilidade de revisão do salário mínimo (o que fazem na Comissão do Salário Mínimo do Distrito Federal é típico), negam-se a aumentar os salários e elevam, sem medida, os seus produtos e seus lucros.

O governo, diante da situação, propôs o chamado Plano de Estabilização Monetária, que está sendo discutido, retalhado, transformado, para satisfazer somente aos interesses dos grandes industriais e comerciantes e, sobretudo, as companhias estrangeiras. Não querem que lhes cobrem o imposto de renda (enquanto os Pignatari e Guinle gastam fortunas no estrangeiro em aventuras mundanas), não permitem que se mexa nas remessas de seus lucros leoninos para o exterior, enfim, criam dificuldades e querem que só recaiam a sua solução nas costas já descarnadas dos trabalhadores e dos consumidores.

As organizações sindicais já iniciaram uma luta séria e profunda contra o alto custo de vida, resultado de anos de reclamações e entendimentos com o governo. Agora devem prosseguir sem desfalecimento. Não permitir que as medidas propostas fiquem no papel, que passado o auge da luta, tudo caia na rotina e novas promessas. A luta é árdua e demanda a mais ampla mobilização dos trabalhadores e do povo. Essa luta não pode ficar somente nas organizações sindicais de cúpula e nas suas direções. É uma batalha de todos os trabalhadores e de todo o movimento sindical. Cada trabalhador e cada organismo sindical está mobilizado para a luta. Só assim poderemos evitar que os efeitos da atual crise financeira e econômica esmague pela fome o povo brasileiro.

Novas Lutas Operárias em São Paulo

acontecimentos da vida SINDICAL

Prepara-se a grande passeata do dia 28 contra a carestia — Greve nos transportes urbanos de Santos — Firmeza e combatividade dos grevistas da fábrica Perús — Luta unitária dos ferroviários

SAO PAULO (Do Correspondente) — A luta dos trabalhadores paulistas pela revisão do salário mínimo, aumento de salários e contenção do custo de vida adquire dia a dia maior intensidade. As massas não se deixaram intimidar pelos atos vandálicos da polícia do governador Jânio Quadros em 30 de outubro passado. Assim, além da capital, a luta estende-se também pelas cidades do interior, onde organizações sindicais e populares preparam manifestações contra a carestia, havendo casos de importantes greves por aumento de salário, como sucede com os trabalhadores em transportes urbanos de Santos.

PASSEATA DO DIA 28

Apesar das ameaças do governador, de cometer violências ainda maiores contra o povo, os movimentos de protesto na capital paulista prosseguem e está em preparação e grande passeata marcada para o dia 28 pelas entidades sindicais e estudantis. Está em atividade a comissão diretora da passeata para a qual foram convidados deputados e vereadores.

O ato terá como centro a luta contra o aumento do imposto de vendas e consignações. Nos sindicatos realizam-se assembleias preparatórias.

GREVE NOS TRANSPORTES URBANOS DE SANTOS

Não mais dispostos a tolerar novas protelações no atendimento das suas reivindicações salariais, os trabalhadores da SMTC, autarquia que executa os serviços de transportes de bondes e ônibus das cidades de Santos e São Vicente, entraram em greve.

O diretor do Sindicato, sr. Antonio Pan Hidalgo, responsabilizou as autoridades municipais, a superintendência da autarquia e o governador do Estado pelo malogro das negociações em torno do aumento salarial, que já se prolongavam por muito tempo, esgotando a paciência dos trabalhadores.

Deflagrada a greve, verificou-se a costumeira mobilização da DOPS e de todo o aparelhamento policial da cidade, aparentemente para garantir transporte à população e proteger o patrimônio municipal, mas na verdade sem o objetivo de furar a greve, intimidar os trabalhadores e desmoralizar o movimento. Até a reacionária direção da Companhia Docas mobilizou-se contra os gre-

Ferrovários Unificam Suas Forças

Os ferroviários das principais estradas do país articulam-se para lutar conjuntamente pelas suas reivindicações. Inicialmente, exigirão aumento de salários.

Os trabalhadores cada dia compreendem melhor a importância da unidade para o êxito de suas lutas. Daí procuram conjugar os esforços das diversas organizações de ferroviários, marchando numa direção comum.

Com esse objetivo, representantes da maior parte dessas organizações, reuniram-se num almôço de confraternização na sede da União dos Ferrovários do Brasil, no Distrito Federal. No decorrer do ato falaram diversos líderes ferroviários, abordando as reivindicações existentes e fazendo sentir a importância da luta em comum para todas as vitórias.

Dando início a um trabalho de maior amplitude, uma comissão dirigiu-se a São Paulo para tomar parte numa assembleia dos ferroviários da Santos-Jundiaí, onde seriam discutidos problemas de maior interesse para a categoria profissional.

seu «Comando de Greve», os operários têm-se mantido inabaláveis na sua decisão de conquistar 40% de aumento nos salários e rejeitaram proposta conciliatória de 25% que já havia sido aceita pelos patrões. Realizaram várias passeatas em São Paulo e amanhã deverão realizar outra na cidade de Sorocaba. Os trabalhadores da capital têm se mobilizado em solidariedade aos grevistas. Recursos foram angariados para auxiliá-los. Dirigentes das federações e sindicatos reuniram-se com dirigentes da greve para traçar um plano de ação conjunta contra o decreto antigreve, 9.070

LUTA UNITÁRIA DOS FERROVIÁRIOS

Em torno de reivindicações como organização dos quadros de carreira, aumento de salário e pagamento dos atrasados aos aposentados, forja-se a unidade dos ferroviários das principais vias férreas do país.

Discutindo o problema, realizou-se uma assembleia dos empregados da estrada de ferro Santos-Jundiaí, à qual compareceram representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes, Confederação Nacional dos Servidores Públicos, União dos Ferrovários do Brasil, Federação Nacional dos Ferrovários, Associação dos Servidores da Central do Brasil e Sindicato dos Trabalhadores em Empresas

Ferrovárias do Rio de Janeiro.

Para a luta por aumento de salários os ferroviários adotaram a tabela aprovada pelos servidores públicos federais e pela Federação dos Marítimos, que abarca, assim, uma força poderosa, de mais de meio milhão de trabalhadores.

LUTAS VITORIOSAS

Uma após outra, as categorias de trabalhadores, mercê de sua disposição de luta, vão conquistando aumentos salariais que oscilam entre 18 e 25%. Na última semana chegaram a acordo com os empregadores os têxteis da capital e do interior do Estado, trabalhadores em curtumes, marceneiros e trabalhadores da Nitroquímica.

LUTAS QUE PROSEGUEM

A CMTC, apesar do aumento de tarifas, continua sem atender às reivindicações dos seus trabalhadores. Deve a cada um a quantia de 5.200 cruzeiros correspondentes a atrasados de 4 meses de aumento de salários. Além desses atrasados salariais, os operários querem este ano receber o abono de Natal em dinheiro, de uma só vez e em tempo útil, e não como tem acontecido, parte em espécie, a prestações e depois das festas. Se essas reivindicações continuarem sendo desprezadas poderá haver greve dos transportes.

As empresas cinematográficas também, apesar dos caríssimos preços que estão cobrando, relutam em atender às reivindicações dos seus empregados. Por isso os operadores preparam-se para a greve em âmbito estadual.

Enquanto umas lutas findam vitoriosas e outras prosseguem, novas categorias entram em campanha. Assim, os trabalhadores em artefatos plásticos iniciam a luta por 40% com teto de 2.500 cruzeiros, enquanto os trabalhadores em combustíveis, minérios e gás engarrafado iniciarão sua campanha salarial nos primeiros dias de dezembro.

GREVE DA FÁBRICA DE CIMENTO PERÚS

Exemplar demonstração de firmeza, unidade e convicção na justiça da causa pela qual lutam, vem sendo dada pelos trabalhadores da Fábrica de cimento Perús, cuja greve ultrapassou um mês de duração. Sob a direção do

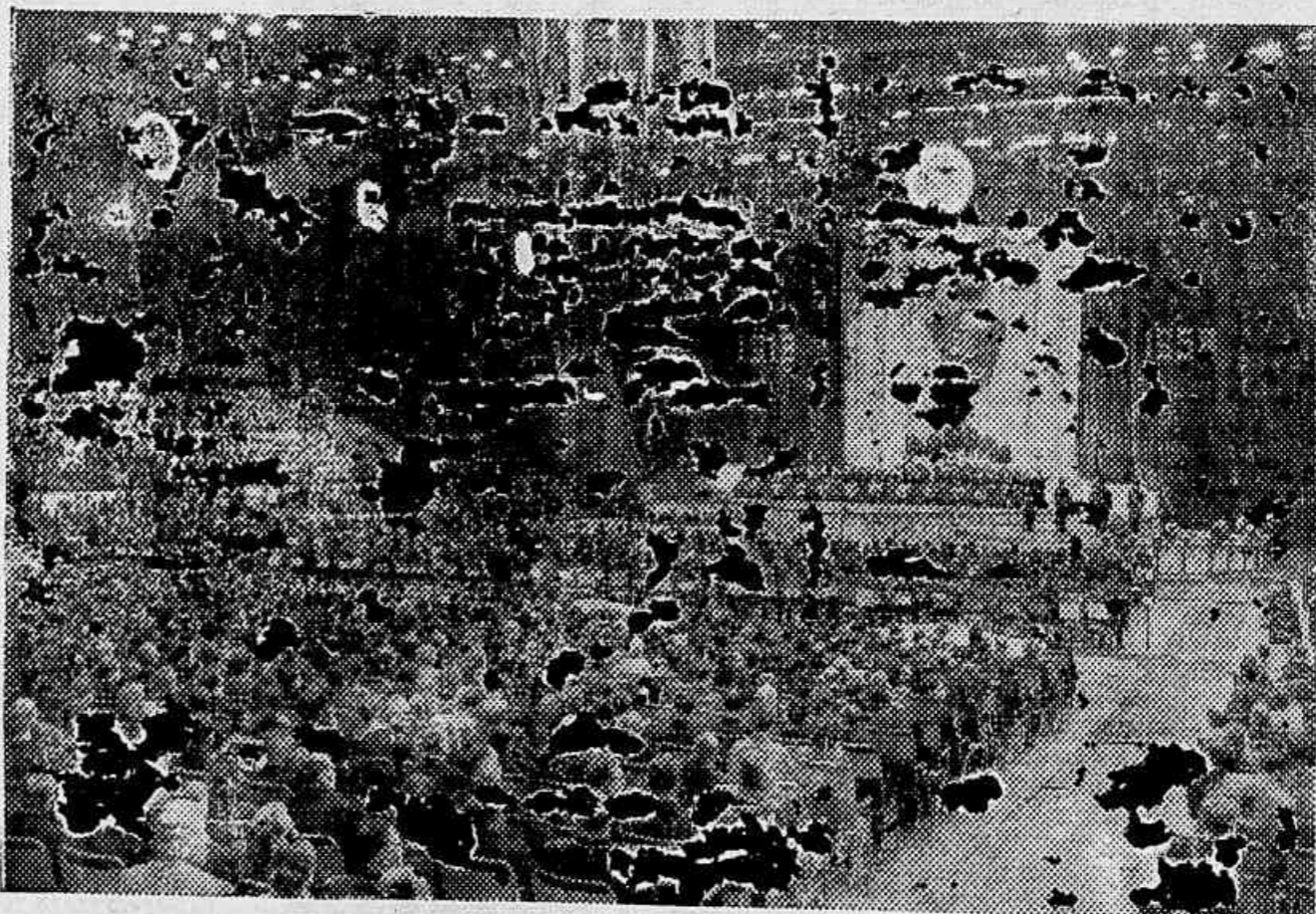
CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO
O Sindicato dos desenhistas do Rio de Janeiro aumenta o seu quadro social

O aumento dos efetivos sindicais é de grande importância para o fortalecimento da unidade dos trabalhadores nas suas campanhas reivindicatórias. A realização de uma intensa campanha de sindicalização, visando elevar o coeficiente de trabalhadores sindicalizados, ainda muito baixo, é necessária e a isso fez referência a II Convenção dos Trabalhadores do Distrito Federal, tomando resolução a respeito.

Ressaltamos, por isso, a iniciativa do Sindicato dos desenhistas do Rio de Janeiro que, ao ensejo do transcurso do seu 10º aniversário, realiza uma ampla campanha de sindicalização desses profissionais, dirigindo-se em apelo a todos os desenhistas que exercem suas atividades junto aos mais diferentes ramos da indústria, serviços

públicos, empresas de publicidade, etc.

A diretoria do Sindicato espera que este sairá da campanha mais forte e coesa na luta pela valorização da profissão de desenhista.



40º aniversário do Komsomol — No dia 29 de outubro último, o povo soviético comemorou com uma grande festa o 40º aniversário da União das Juventudes Comunistas Leninistas da URSS. No Palácio dos Esportes do Estado Generalissimo de Moscou, realizou-se uma sessão solene do Comitê Central da União (foto). As sistiram ao ato mais de 14.000 enviados do Komsomol de regiões, territórios, repúblicas federadas e autônomas, representantes do Exército Soviético, dos ativistas da União e das organizações sociais de Moscou e sua região. V. Semichon, primeiro secretário do Comitê Central do Komsomol, apresentou um informe sobre "Quarenta anos da União das Juventudes Comunistas Leninistas da URSS". N. Kruschiov, em nome do Comitê Central do PCLUS, pronunciou um discurso de saudação, disse: "Vosso aniversário, camaradas, se celebra em dias magníficos. As coisas em nosso país marcham bem. Nossa pátria experimenta um grande voo. O povo soviético alcançou notáveis êxitos no desenvolvimento da indústria, da agricultura, da ciência e da cultura. Cada dia melhora a vida dos cidadãos soviéticos."

VOZ OPERÁRIA
DIRETOR **Mário Alves**
MATRIZ
Redação: Av. Rio Branco, 257, 14º and. s/ 1.712 - Tel: 42-7344
Administração e gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar, sala 905
ASSINATURAS
Núm. avulso 3,00
Anual 150,00
Semestral 80,00
Trimestral 60,00
Área ou sob registro, despesas à parte: Núm. atrasado .. 5,00
SUCURSAL PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria nº 66, s/ 43.

- ◆ Os aeronautas iniciam a luta por 40% de aumento nos salários.
- ◆ Em Porto Alegre realizou-se, dia 14, grande passeata contra a carestia da vida, promovida pelas entidades sindicais. A polícia, que havia proibido a realização, diante da intransigência dos trabalhadores voltou atrás da decisão.
- ◆ Os gráficos de São Paulo conquistaram 22% de aumento com teto de 2 mil cruzeiros. O aumento é extensivo a trabalhadores da categoria em todo o Estado.
- ◆ Os têxteis da capital de São Paulo também foram vitoriosos em sua campanha salarial, conquistando 20% de aumento com teto de 1.600 cruzeiros para os tecelões, 1.900 para os contra-mestres e 2.500 para os mestres.
- ◆ Os trabalhadores da fábrica de cimento «Perús» prosseguem na sua greve por aumento de salário que se prolonga por mais de 30 dias.
- ◆ Os têxteis do Distrito Federal, em assembleia, recusaram contra-proposta patronal, oferecendo 16% de aumento, pelos próprios dados do SEPT acusam elevação de 23,9% o custo da vida após o último aumento conquistado. Concluindo a luta por 25%, realizarão nova assembleia, dia 28.
- ◆ Os aviários, além do aumento de 35% com mínimo de 2.200 cruzeiros e máximo de 7 mil, pretendem incluir no acordo a ser concluído uma cláusula que proíba a contratação de empregados pelas empresas de aviação com vencimentos inferiores a 6 mil cruzeiros.
- ◆ O Sindicato dos Metalúrgicos comemorou o seu 26º aniversário, sexta-feira, dia 14, com variado programa.
- ◆ Os gráficos do Distrito Federal concluíram acordo de 23% de aumento, sem teto, para o pessoal dos jornais e revistas. Rejeitaram porém a propostas das casas de obra que estipulava 23% de aumento, mas incluía teto de 2.400 cruzeiros.

Trabalhadores Derrotam a Light

Tentativa do trustee de lesar os direitos dos trabalhadores e a Prefeitura do D. F. — Cumplicidade da Comissão do Enquadramento Sindical — Patriótica atitude do TRT e do TST

A Justiça do Trabalho, através do TST, frustrou uma tentativa da Light de lograr os direitos de trabalhadores prejudicar a Prefeitura do Distrito Federal.

Já não é segredo para ninguém que, aproximando-se a época em que o serviço de bondes deve reverter para Prefeitura, o trustee realiza uma série de manobras com o intuito de lesar os interesses da municipalidade em proveito próprio. A venda de prédios que deveriam tornar-se patrimônio público, a transferência de escritórios dos próprios em funcionamento para outros alugados, a fim de furtar-se à entrega dos prédios em que se encontram atualmente instalados etc., são práticas que têm sido denunciadas fartamente pelos jornais, e que somente os responsáveis pelos interesses públicos ignoram ou fingem ignorar.

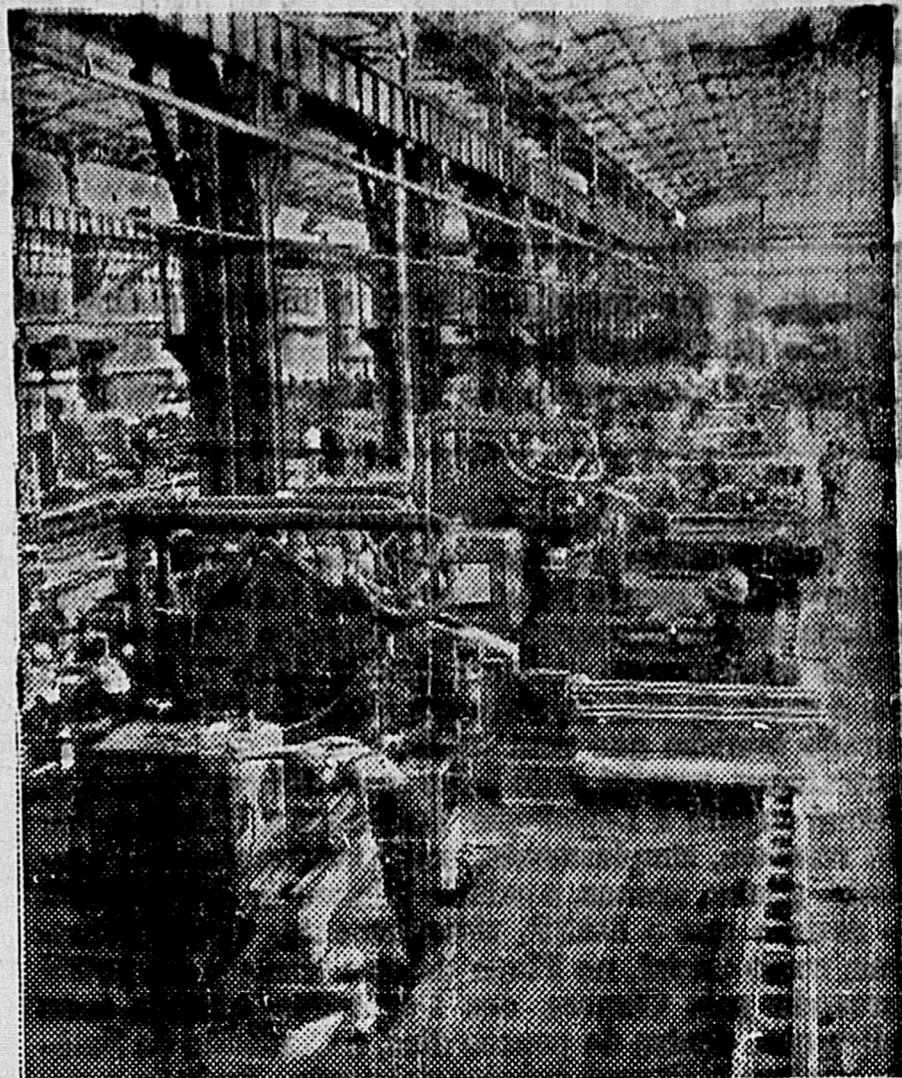
Transferir trabalhadores estáveis de setores de trabalho que continuarão com a

Companhia, para aqueles que passarão à Prefeitura, a fim de ver-se livres deles sem indenizá-los pelos direitos adquiridos, é um dos truques aplicados pela Light. Assim recentemente procurou transferir para o setor de Carris trabalhadores do controle geral e outros, pertencentes ao setor de energia elétrica da produção de gás.

O Sindicato, porém, estava vigilante e recorreu à Justiça do Trabalho, obtendo êxito de causa no TRT. A Companhia inconformada, recorreu ao TST, ao mesmo tempo que conseguia a cumplicidade da Comissão de Enquadramento Sindical do Distrito Federal, a qual em abril deste ano emitiu um parecer em desacordo com o enquadramento sindical existente, com o evidente intuito de servir aos interesses da Light.

RECUA A COMISSÃO E DERROTA DA LIGHT
A ressonância dessa prática imoral foi de tal natureza que repercutiu na Câmara através de denúncia do deputado Sérgio Magalhães. Solicitados esclarecimentos ao Ministro do Trabalho, a Comissão viu-se obrigada a reafirmar o seu ato primitivo, considerando os trabalhadores em causa como enquadrados no setor da energia elétrica e na produção de gás e não no setor de carris.

Por outro lado, o TST, tomando uma atitude patriótica de defesa dos direitos dos trabalhadores e dos interesses públicos confirmou a sentença do TRT, derrotando as pretensões do trustee.



Na foto aparece um flagrante da produção de máquinas-ferramentas na Usina de Fabricação de Produtos Úteis n.º 1 em Shen-jiang. As primeiras máquinas foram doadas pela União Soviética à título de ajuda fraternal. Dois anos depois os técnicos e engenheiros chineses já haviam desenhado e fabricado suas próprias máquinas.

Aprovada a Excepcionalidade Para Revisão Do Salário Mínimo

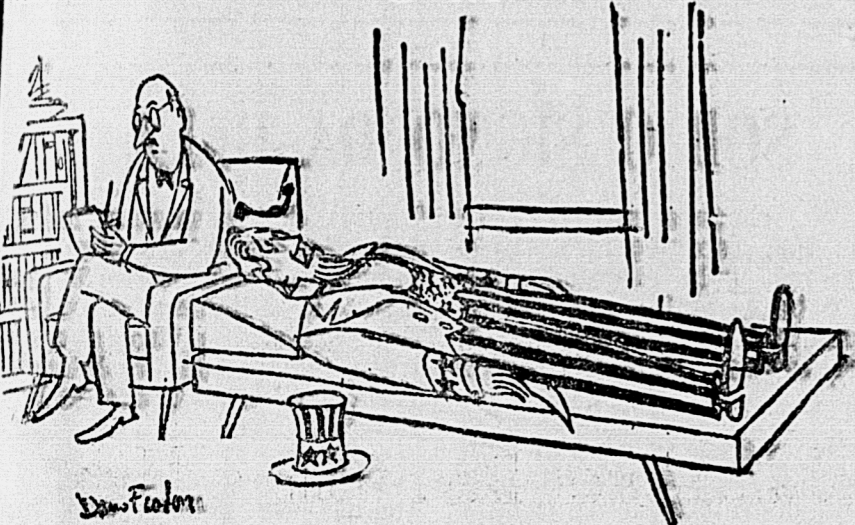
Finalmente em reunião realizada quinta-feira p. passada, a Comissão de Salário Mínimo do Distrito Federal, aprovou a excepcionalidade para a revisão do nível de salário mínimo.

Como na reunião da última segunda-feira continuasse o impasse nas discussões, o presidente da Comissão, sr. Waldiki Mou-

ra, convocou nova reunião para aquele dia, quando a medida foi, finalmente, aprovada.

Os trabalhadores cariocas, com a mobilização iniciada pelas suas entidades sindicais, venceram, assim a primeira etapa da batalha pela revisão, vitória, sem dúvida, importante para a marcha da campanha em todo o país.

EM ESTADO GRAVE



O diplomata norte-americano George Kennan, «especialista em assuntos relacionados com os países socialistas, declarou recentemente que «os Estados Unidos são o país mais odiado em todo o mundo.

UM PLANO...

aumentaria os recursos necessários ao desenvolvimento econômico do país.

3 — Medidas de reforma agrária, o que permitiria atrair milhares de camponeses a uma participação ativa na vida econômica do país ampliando seu poder de compra e consequentemente o mercado interno. Pode-se afirmar que, fóra o caso do café, não existe no país superprodução o que existe é subconsumo.

4 — A emissão de bonus públicos, que facilitasse, àqueles que podem, contribuir voluntariamente para ampliar a iniciativa do Estado no terreno econômico.

Estas são algumas idéias que me ocorrem a propósito do «Plano de Estabilização Monetária». O movimento sindical, com a discussão realizada há poucos dias na C.N.T.I., entrou na dança. É lógico que os trabalhadores prosseguirão o debate desse documento e saberão encontrar as soluções mais adequadas aos interesses de nosso país. No entanto, está claro que os trabalhadores e o povo não permitirão que os donos da vida descarreguem sobre seus ombros o peso das dificuldades atuais.

O PAPEL DE VANGUARDA DO PCUS

«O Partido Comunista da União Soviética conquistou sua posição de liderança no movimento comunista internacional por seus indiscutíveis méritos numa extraordinária missão histórica» — escreve «Rude Pravo», órgão do Partido Comunista da Tchecoslováquia. O jornal acrescenta que, hoje, nenhum partido operário revolucionário pode prescindir do estudo profundo das experiências do Partido Comunista da União Soviética.

«Rude Pravo» acrescenta que os inimigos do movimento comunista mundial estão sendo batidos enquanto o movimento revolucionário cresce no mundo.

Os imperialistas objetivam, sobretudo, dividir o movimento comunista internacional. E neste sentido recebem ajuda do moderno revisionismo, encabeçado pelos revisionistas iugoslavos, visando espalhar a discórdia entre os partidos comunistas dos países socialistas e da URSS. Os revisionistas atacam não apenas o papel de liderança do PCUS, mas também a validade internacional de suas experiências.

«Rude Pravo» conclui afirmando que o papel de vanguarda do PCUS no movimento comunista mundial é natural e voluntariamente reconhecido.

A BATALHA DA DIFUSÃO

Nº 494

Insistimos em solicitar dos nossos agentes em todo o País que respondam com a máxima urgência às circulares que lhes enviamos tratando de assuntos de interesse de nossa empresa. Este apelo é extensivo aos nossos agentes do Rio Grande do Sul, com referência aos débitos para com a Sucursal de Porto Alegre e às remessas diretamente do Rio, em futuro próximo, além dos assuntos outros de que tratam nossas circulares.

Aguardamos uma solução das Agências de Campinas, Catanduva, Pompeia (EB), Taubaté, Angra dos Reis, Barra Mansa (RG), Cabo Frio, Campos, Itaguaí, Marques de Valença, Magé, Três Rios, Volta Redonda, Cátaguases, Juiz de Fora, S. S. Paraisópolis, Uberlândia e Ponta Grossa, quanto aos débitos, a fim de evitar uma possível interrupção das remessas de VOZ OPERÁRIA.

NOTA AO LEITOR

Se nas bancas de seu bairro e de sua rua não for encontrada a venda VOZ OPERÁRIA, informe à gerência pelo telefone 42-7344.

ITAPEVA — Todas as assinaturas estão sendo entregues normalmente aos Correios, onde se extraviam, evidentemente. Foi feita reclamação à Diretoria Geral dos Correios a respeito. Quanto a correspondência de que fala, a carta do nosso representante em Itapeva, conclui-se que está sendo também extraviada.

AGÊNCIAS RESTABELECIDAS: S. Luiz, Floriano, Vitória da Conquista, Rolândia e Limeira.

INTERRUPÇÃO DE REMESSAS: Ficam interrompidas, temporariamente, as cotas de Tietê.

BARRA DO PIRAI e BOTUCATU: Foi atendida a transferência de nome do agente e de endereço, respectivamente.

PAGAMENTOS DE 13/11 a 19/11/58: Maceió Cr\$ 150,00, Fortaleza (CF) Cr\$ 2.500,00, Barra do Piraí Cr\$ 1.453,00, Curvelo Cr\$ 300,00, V. Conquista Cr\$ 295,00, S. J. Campos Cr\$ 1.500,00, Rolândia Cr\$ 500,00, Limeira Cr\$ 1.000,00, Cuiabá Cr\$ 150,00, Henrique Lage (S. C.) Cr\$ 200,00, Botucatu Cr\$ 500,00.

AJUDAS A VOZ

Recebemos dos trabalhado-

res das Oficinas de Triagem, a importância de Cr\$ 800,00 como ajuda a VOZ OPERÁRIA, e Cr\$ 100,00, também como ajuda, de um amigo.

OBJETIVO DA SUMOC: ...

(CONCLUSÃO DA PAG. 4) teria o controle das divisas liberadas.

De outro lado, uma quantidade maior de cambiais no mercado de taxa livre acarretaria, naturalmente, progressiva queda nas cotações, sobretudo do dólar. E quem haverá de beneficiar-se com isto? Especialmente as empresas estrangeiras, pois estarão em muito melhores condições de remeter maior parcela de seus lucros e dividendos conseguidos no Brasil.

Não há dúvida que os setores da exportação que tiverem suas divisas liberadas, haverão, obviamente, de manifestar plena aprovação a semelhante medida. Mas, se o propósito do governo é estimular a exportação de produtos que figuram timidamente em nossa pauta comercial com o exterior, isto poderia ser conseguido sem o recurso da liberação das divisas produzidas por essas mercadorias. Bastaria que, periodicamente, as bonificações fossem sofrindo um adequado reajustamento em função da alta que se verificasse nos custos de produção. Teríamos, assim, a um só tempo, estimulado a produção dessas mercadorias e aumentado a sua capacidade competitiva no mercado internacional. Outrossim, seguindo este esquema, o governo ainda disporia de certa margem em cruzeiros, resultante da diferença entre a taxa de conversão das divisas e o nível dos ágios pagos ao governo nos leilões de importação. Isto, sem falar no fato de que o Banco do Brasil não perderia o indispensável controle sobre as cambiais.

Preferiu, porém, a SUMOC, ao invés de aproveitar todas essas vantagens tangíveis, lançar, de vez, no mercado livre, os vários produtos de diminuta exportação. Como dissemos, os setores contemplados muito cedo estarão em plena euforia, mas, de outro lado, amargos serão esses frutos para o conjunto da economia nacional. NOVAMENTE A POLÍTICA DE DOIS PESOS E DUAS MEDIDAS

Com efeito, que consequência imediata produzirá a Instrução 167, da SUMOC, sobre o mercado de taxa livre? Em primeiro lugar, esse mercado — cuja queda atual ainda é mais por motivos psicológicos — tenderá, no futuro, a descer continuamente, pois será cada vez maior a quantidade de divisas nele lançadas. Uma imediata conclusão pode ser extraída desse novo quadro: as empresas estrangeiras, em particular, e os turistas, passarão a comprar dólares e outras moedas, para suas respectivas operações de transferência de lucros e dividendos ou viagens de dissipação a taxas cada vez mais baixas, aumentando, assim, sobretudo em função da atividade das empresas estrangeiras, a evasão de divisas que à nossa exportação pensadamente consegue acumular para as necessidades do país.

Por outro lado, como o Banco do Brasil não mais disporá do controle das cambiais que vão ser jogadas no mercado livre, é óbvio que os leilões de importação dificilmente poderão ser beneficiados com novos contingentes de divisas, aliviando-se a tremenda pressão que ora se verifica sobre essa área cambial. Diante disso, qual a realidade chocante que se desenha aos nossos olhos? Nada menos que isso:

a) para a indústria nacional, as importações de equipamentos e matérias-primas são feitas à taxa da categoria geral, com ágio médio de 200 cruzeiros (no final das despesas, a coisa fica entre 250 e 300 cruzeiros);

b) para o empresário estrangeiro, a mesma importação poderá ser feita — agora com o decreto 42.820, que incorporou os termos da célebre Instrução 113 — sem cobertura cambial, o que equivale à taxa do mercado livre.

Ora, como a taxa do mercado livre experimenta uma tendência progressiva para o declínio, conclui-se que o investidor estrangeiro está, também neste aspecto, beneficiado, altamente beneficiado, em absurdo prejuízo do industrial brasileiro. O capital estrangeiro goza, assim, do excepcional direito de investir, no Brasil, mais fácil e economicamente do que o capital brasileiro, enquanto que, por outro lado, dispõe do recurso de remeter seus gordos lucros e dividendos — sem qualquer limite legal — pelo mercado livre, cuja taxa estará cada vez mais cômoda, por força da nova política cambial ditada pela SUMOC. Presenciamos um criminoso processo de desnacio-

nalização da indústria brasileira, através do qual um número crescente de empresas estrangeiras vão absorvendo indústrias nacionais de pequena capacidade de resistência. E isto é nada mais nada menos que entreguismo.

PARA A LIGHT AINDA É MELHOR!

Mas, isso ainda não é tudo. Na verdade, se há uma situação excepcionalmente favorável para as empresas estrangeiras, o fato é que as coisas serão ainda melhores para as concessionárias de serviços de energia elétrica, tal como a Light. Com efeito, figurando-se um exemplo, perfeitamente possível de ocorrer, essa empresa estrangeira poderá trazer, para o Brasil maciça quantidade de dólares e vendê-los no mercado livre — digamos, a uma taxa de 150 cruzeiros — para em seguida, com o produto dessa operação, adquirir novos dólares ao «custo de câmbio», isto é, por 80 cruzeiros, a fim de aplicá-los em importações previstas na Instrução 166, da SUMOC. Assim, com a venda de um dólar a Light poderá comprar quase dois!

ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA A CUSTA DO DESENVOLVIMENTO

Se o plano de estabilização monetária apresentado pelo ministro Lucas Lopes foi iniciado, segundo suas próprias declarações, por essas duas Instruções da SUMOC, fácil é perceber que o mesmo obedecerá a uma orientação igualmente antiindustrialista revelada por essas medidas cambiais. Nada menos que a velha política de conter a inflação através do estancamento do desenvolvimento econômico do país, embora as declarações em contrário sejam as mais pomposas e enfáticas. Na verdade, não se promove desenvolvimento econômico independente quando a indústria nacional vai perdendo, cada vez mais, o seu poder de competição com o capital estrangeiro dentro do próprio país. Isto, porém, não pelo motivo de fraqueza intrínseca das empresas brasileiras, mas por inconcebível proteção que nossas próprias autoridades financeiras dispõem ao investidor estrangeiro no Brasil. A título de estabilização na moeda, o que está se dando é a liquidação virtual do parque manufatureiro legitimamente nacional.

SETENTA POR CENTO DO FUNCIONALISMO TEM VENCIMENTOS INFERIORES A 7 MIL CRUZEIROS

Chega a ser desesperadora a situação dos servidores públicos — Motivos do repúdio ao Plano de Classificação do DASP — O aumento reclamado pelo funcionalismo representa apenas 7 por cento do Orçamento federal para 1959 ★ Report. de Ana MONTENEGRO

A situação do funcionalismo público, considerando que 70% recebem salários inferiores a Cr\$ 7.000,00, deixou de ser apenas humilhante para tornar-se, nesses últimos meses, desesperadora. Passados três anos do último aumento, os cálculos oficiais (SEPT) indicam que o custo de vida se eleva em 63,94%. Deve ser ressaltado também que uma legião imensa de tarefeiros, contratados, pessoal pago pelas mais diferentes verbas, pessoal sujeito à Legislação Trabalhista (CLT) e dos que recebem, simplesmente, por Autorização de Pagamento, ganha, apenas, o salário mínimo de Cr\$ 3.800,00 — salário que o DASP, ridiculamente, deseja consagrar, como inicial, no Plano de classificação há pouco aprovado pela Câmara dos Deputados, quando tudo indica que, dentro de poucos dias, a Comissão de Salário Mínimo o elevará substancialmente. Embora o governo tenha feito constar do Plano de Estabilização Monetária a proposta de um aumento geral de 30%, esse aumento seria um escárnio ao funcionalismo, pois considerando o escalonamento feito na tabela daspiana, os vencimentos ficariam limitados entre Cr\$ 4.940,00 e Cr\$ 18.850,00. Ainda mais: considerando os níveis atuais, face ao aumento concedido em 1956, no que diz respeito ao pessoal burocrático, das letras «E» a «O», os salários básicos de dezenas de milhares de servidores seriam reduzidos e essas dezenas de milhares passariam a receber apenas uma «diferença», não computada para os fins de previdência e assistência.

DESPRESO PELO FUNCIONALISMO

Lembramos também que a data determinada para vigorar o aumento previsto, no Plano de Estabilização, seria a de 1º de junho de 1957. Assim, durante oito meses os funcionários carregariam, caso pudessem resistir, ao peso já constatado da alta vertiginosa do custo de vida, e mais a taxa que naturalmente adviria em quase um ano.

O que se verifica de tudo isso é que a política posta em prática pelo Estado, relativamente ao material humano, responsável pela própria máquina administrativa estatal, não é a de valorização, mas às vezes até de desrespeito. Esse desrespeito vem à superfície dos planos administrativos, quando o DASP afirma que a «classificação não deve e não pode preocupar-se com os ocupantes de cargos». Como não preocupar-se com os servidores, com os seus problemas, com as suas dificuldades, com o rendimento que eles possam dar nos cargos que ocupam, com o aproveitamento racional da capacidade de cada um, que deve ser compensada com um nível de vida digno e humano? Por exemplo, em 1952, precisamente há seis anos, a Lei n.º 1.711 mandava que fosse posto em execução, um ano após a promulgação da mesma, isto é, em outubro de 1953, o plano de previdência do funcionalismo público. No entanto, até esta data, nem aquele plano foi providenciado, e nem foi aplicada a nova Lei n.º 3.373 de março deste ano, que manda pagar às pensionistas uma pensão igual a 50% do salário-base.

Chamamos a atenção para o comportamento patriótico do funcionalismo, a fim de que a opinião pública não se deixe impressionar pelo que certos setores assoalham sobre as suas condições de vida. Os servidores públicos têm colocado, sempre, as suas reivindicações dentro das possibilidades reais do país. Agora mesmo, o au-

quando o funcionalismo deseja que a aplicação do Plano seja imediata e feita por uma Comissão paritária, com a participação de funcionários eleitos pelos colegas.

PRINCÍPIOS POR QUE LUTA O FUNCIONALISMO

Os princípios básicos pelos quais tem lutado o funcionalismo, sob a bandeira da UNSP, fundada em 22 de setembro de 1952, são os de um nível de vida compatível com a dignidade do cargo exercido, através de um salário igual para trabalho igual, remuneração equitativa e satisfatória de conformidade com a prestação de serviços, estabilidade para o pessoal das verbas e atendimento pelos institutos de previdência e assistência às suas reais necessidades e às de suas famílias. Já, agora, concretamente, fiel a tais princípios, repudiou o Plano do DASP e entregou, em memorável concentração, realizada a 12 do corrente, no Senado Federal, uma exposição em que constancia as suas aspirações: elevação do salário-família para Cr\$ 500,00, extensão dos ajustes salariais aos extranumerários, aos servidores das autarquias federais, aos aposentados e pensionistas do Te-

souro e do IPASE e ao pessoal das verbas globais.

Também que sejam obedecidas, pelo Plano, ora no Senado, as seguintes diretrizes: a) classificação de todos os atuais cargos e funções de extranumerários de todas as categorias, sem qualquer discriminação; b) maior amplitude para as novas carreiras (seriação de classes); c) intervalos de classe de dois níveis; d) estabelecimento do princípio de «igual trabalho, igual salário»; e) enquadramento do servidor nas funções que, realmente, venha desempenhando, há mais de dois anos, mediante readaptação e com direito de opção, observando, também, rigorosamente, o princípio de salário igual para trabalho igual; f) instituição de um objetivo sistema de promoções por antiguidade e merecimento, alternadamente; g) valorização do trabalho profissional especializado, técnico e científico; h) não redução dos vencimentos básicos.

E, assim, o funcionalismo vai forjando a sua unidade, de que foi amostra significativa a realização do II Congresso Extraordinário que, reuniu 700 delegados, representando 200 associações de todo o país.

NECESSIDADE DE UM PLANO DE CLASSIFICAÇÃO

O Plano é uma velha e justa aspiração dos servidores públicos, através do qual seja disciplinada a estrutura dos cargos e das funções e a situação dos seus ocupantes. A Lei n.º 1.711, dava ao poder executivo o prazo de 2 anos para o encaminhamento de uma mensagem, nesse sentido, à Câmara Federal. A mensagem foi encaminhada, mas, em 1956, se transformou em mensagem de aumento. Novamente, foi dado o prazo de 180 dias para outra mensagem, encaminhando novo Plano. Mas o Plano feito pelos chamados «cinco sábios» do DASP não correspondia e nem corresponde aos interesses do funcionalismo. Por isso, a II Conferência Nacional de Associações, realizada em outubro de 1957, elaborou um substitutivo, aceito, em linhas gerais, pelo deputado Elias Adaimé e pela Comissão do Serviço Público da Câmara, que foi, estranhamente, rejeitado pelo plenário da Câmara, que aceitou o do DASP.

PORQUE O PLANO DO DASP É NOCIVO

Além do problema relativo à tabela salarial, que reduz, basicamente, os vencimentos de dezenas de milhares de servidores, que passariam a receber um reajuste, uma «diferença», o Plano do DASP é altamente nocivo aos servidores, porque: a) exclui, no mínimo, 50.000 servidores (artífices, operários, aprendizes, guardas); b) acaba com o sistema de promoção por antiguidade, o que significa instituir o regime do pistão para o acesso dentro das carreiras; c) diminui o número de letras e referências dentro das carreiras, igualando o servidor novo ao antigo; d) não soluciona o problema do desvio de funções e nem resolve com justiça a situação do pessoal das verbas globais; e) exclui a Justiça do Distrito Federal; f) condiciona o aumento dos autárquicos à situação financeira das entidades; g) torna sem efeito a lei 2.284 que equipara os tarefeiros aos funcionários, passando a exigir-lhes uma prova de habilitação. Prevê, ainda, que o enquadramento só será feito após dois anos e por uma comissão exclusivamente governamental,

OS NOVOS NÍVEIS DE SALÁRIO DEVEM CORRESPONDER AO CUSTO DE VIDA

Os trabalhadores reivindicam: supressão do prazo de 60 dias para o início da vigência dos novos salários e redução para um ano do período normal para a revisão

A marcha dos acontecimentos indica que os trabalhadores precisam estar vigilantes e desenvolver uma atividade capaz de garantir que a revisão do salário mínimo se processe com a necessária rapidez e que os novos níveis sejam estabelecidos de modo a atender às necessidades impostas pelo alto custo da vida.

Mesmo que sejam obedecidas todas as recomendações de aceleração dos trabalhos do SEPT, os cálculos julgados necessários à fixação dos novos níveis não serão entregues às Comissões antes de meados de dezembro. Depois, até que seja decretado e, se ainda pôr observado o prazo de 60 dias quando entrará em vigor o novo salário?

Quanto à relação que deve haver entre os novos níveis de salário e o custo da vida, o problema está sendo colocado de uma forma com a qual os trabalhadores não podem concordar.

O próprio Presidente da República, logo após os acontecimentos de 30 de outubro em São Paulo, certamente preocupado com a possibilidade de outros e maiores protestos populares, proibiu novos aumentos de tarifas «enquanto não fosse elevado o salário mínimo». Quer dizer: elevado o salário mínimo, os preços poderão voltar a subir à vontade! Outros, procuram convencer os empregadores da conveniência em conceder agora a excepcionalidade, pois — dizem — se a revisão for efetuada

mais tarde, os níveis terão que ser mais altos. É evidente o que se pretende, com semelhante ponto-de-vista: revisto o salário mínimo, lançar nova onda de aumentos, anulando assim os efeitos da revisão salarial.

Teses dessa natureza — que admitem a dinâmica dos preços mas consideram estáticos os salários — não podem ser aceitas pelos trabalhadores. O novo salário deverá, portanto, ser fixado em nível que possa compensar o desequilíbrio do preço a partir da sua decretação.

Nesta campanha, os trabalhadores precisam alcançar algumas conquistas importantes no que se refere à instituição do salário mínimo, tais como: decretação dos novos níveis salariais antes do fim do ano; revogação do preceito legal que estabelece o prazo de 60 dias para a sua entrada em vigor; e redução para um ano do prazo normal para a revisão periódica, a fim de que, num prazo mais curto, possa ser superado o desequilíbrio entre salários e preços.

Além disso, existe o problema do zoneamento. Há necessidade de níveis salariais idênticos para os Estados do Nordeste, assim como para o Distrito Federal e os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas, em virtude da similaridade das condições econômicas entre eles existentes.

Somente a pressão dos trabalhadores organizados e dispostos a ações mais enérgi-



Vista parcial da grande concentração realizada pelos funcionários públicos nas escadarias e em frente ao Senado, no momento em que falava o sr. Lício Hauer, presidente da UNSP e Deputado Federal, eleito a 3 de outubro.

SOB O SIGNO DA BALA

“Os choques entre a Lei e o crime recomeçaram sob o signo da bala, orientados pelo detetive Malta, sua metralhadora e os componentes de seu famoso Batalhão Suicida”.

Nesse estilo inconfundível, que é o dos cronistas da Sala de Imprensa da rua da Relação anuncia-se o início de novas caçadas humanas, nos morros cariocas.

Acrescenta-se que policiais da Delegacia de Vigilância “se dispõem a usar, nas

favelas, dos mesmos métodos dos “gangsters” de pés descalços, matando-os se for preciso”. E, adiante: “A ordem de responder a tiros a qualquer indício de resistência teria partido do Chefe de Polícia”.

Entretanto, o próprio noticiário de polícia, que em muitos jornais parece obedecer a uma orientação à parte, tão uniforme é ele em várias folhas, governistas ou oposicionistas, considera que as famosas “Blitz” contra as populações dos morros só têm dado como rendimento um índice cada vez maior de mortes de policiais. Alguns jornais informaram que os “batalhões suicidas” sobem aos morros ostentando armamento copioso, fazendo-se notar, assim, pelos facinoras que escolhem o momento e o local propício para abater componentes dos espalhados bandos.

Não é de admirar que o general Kruehl, cuja mentalidade de ninguém ignora, insista em manter essa espécie de tática de Canudos que tem sido funesta para seus homens. Não se pode também exigir do general Kruehl, cujas luzes são bastante conhecidas, extremos de acuidade que lhe permitam a percepção de que não há pena de morte no Brasil. E mesmo que houvesse, as execuções não deveriam ser sumárias, usando a polícia, em sua fauna de localizar e abater criminosos, “os mesmos métodos dos “gangsters” de pés descalços”.

O que se torna um tanto esquisito é que entre os auxiliares do sr. Kubitschek agora não tenha surgido entre uma viagem e outra, alguma capaz de advertir-lo de que a lei das selvas, adotada festivamente pelo general Kruehl, não prestigia nenhum governo. Nem mesmo um governo cuja preocupação seja a mudança para nova capital, num sítio onde não há morros nem favelas por enquanto.

Artigo de Ernesto Giudice Sobre a Situação na Argentina

Escrito especialmente para a VOZ OPERÁRIA, publicaremos em nossa próxima edição um artigo de Ernesto Giudice, membro do Comitê Central do Partido Comunista da Argentina e redator chefe do jornal do P. C. A., «La Hora». Nesse artigo, Ernesto Giudice analisa detidamente a crise política existente no país irmão, indicando as tarefas e perspectivas que se abrem, atualmente, diante da classe operária e do povo argentino.